

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

**JEANNE LEE ROBERTT LABORIDO**

**O acesso digital ao patrimônio arqueológico: a tecnologia em favor  
da educação patrimonial**

PORTO ALEGRE

2018

**JEANNE LEE ROBERT LABORIDO**

**O acesso digital ao patrimônio arqueológico: a tecnologia em favor  
da educação patrimonial**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Márcia Bertotto

PORTO ALEGRE

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor Rui Vicente Oppermann  
Vice-Reitora Jane Fraga Tutikian

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora Karla Maria Müller  
Vice-Diretora Ilza Maria Tourinho Girardi

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe Jeniffer Alves Cuty  
Chefe Substituta Eliane Lourdes da Silva Moro

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA**

Coordenadora Ana Celina Figueira da Silva  
Coordenadora Substituta Márcia Regina Bertotto

**CIP - Catalogação na Publicação**

Laborido, Jeanne Lee Robertt

O acesso digital ao patrimônio arqueológico: a tecnologia em favor da educação patrimonial / Jeanne Lee Robertt Laborido. -- 2018.

80 f.

Orientador: Márcia Regina Bertotto.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Educação patrimonial. 2. Museologia. 3. Arqueologia. 4. Tecnologias de Informação e Comunicação . I. Bertotto, Márcia Regina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação  
Rua Ramiro Barcelos, 2705  
Bairro Santana  
Porto Alegre - RS  
Telefone (51) 33085067  
E-mail: fabico@ufrgs.br

JEANNE LEE ROBERT LABORIDO

O ACESSO DIGITAL AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: a tecnologia em favor da  
educação patrimonial

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial à obtenção do  
grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Bertotto

Aprovado em \_\_\_\_ de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Bertotto (Orientadora) – UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zita Possamai - UFRGS

---

Esp. Angela Cappelletti

*Dedico esta pesquisa à minha Mãe Silvia Inês Laborido Cogliatti, mulher aguerrida,  
dedicada e carinhosa, que me inspira e me ensina a ser sempre melhor.*

*Te amo, Mamy.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todos os Orixás pela vida e oportunidade de ser quem eu sou, de estar onde estou... Dona Rosa Caveira e Dona Maria Mulambo, que me deram suporte nos momentos mais íntimos, e à todos os Exus e Pombo-giras da minha vida. Minha mãe Silvia Ines Laborido Cogliatti, mulher guerreira, forte e sábia, que me ensinou a ser quem eu sou, é meu exemplo e minha inspiração. Às minhas lindas irmãs Valéria Mel, Tâlys Chrystal e Sharon Key, que são meu maior orgulho, mulheres e maravilhosas. Minha Mãe de Santo Doné Luciana Estela d'Oxossi, o presente dos Orixás pra minha vida, as Ekedes Janaína Santos e Wânia Pereira, mães zelosas que me cuidam e me dão carinho, e meus irmãos de santo, meus parceiros. Minha avó de Santo Doné Mirian d'Ossain, a toda minha família de santo do Kwé Ossain y Oyá em Inhaúma, Rio de Janeiro, obrigada por serem essas pessoas maravilhosas!

Agradeço também aos meus amigos que estiveram próximos nesse momento de construção, que me apoiaram e me fortaleceram, das mais diversas formas, para que eu pudesse concretizar esse sonho, vocês sabem a importância desse momento pra minha vida! Minhas amigas que sempre me apoiaram, acreditaram em mim e no meu potencial, Ana Maria Tolentino de Souza, Jacqueline Corrêa, Ires Dalla Rosa. Meus amigos Yuri Cantizano, Robson Lapa, Gabriela Garcia, Suelen Poubel, galera do Alojamento da UFRJ e todos os amigos que me acolheram no período que passei no Rio de Janeiro. Os amigos da Casa do estudante Jéssica Cici, Patrícia Sudre, Diego Bueno, Rodrigo Souza, Talita Procópio, Iara Diez, Landa Ciccone, Mayara Dadda, Raquel Specht, Kevin Nicolai, Eduardo Thomazoni e todos os demais que sabem que moram no meu coração.

Aos meus professores do Ensino básico principalmente professor Antônio de Geografia, professora Cleusa Hemming, Professor Jaime de Matemática, e a todos da Escola Estadual Professor Alfredo Clemente Pinto, do Bairro Primavera de Novo Hamburgo. Professora Andréia de Física, Professor Júlio Cesar de História, Professor Antônio de Sociologia, Professor Henrique de Psicologia, Professor Altair de Linguística, professora Cíntia de Gramática e à todos do Colégio Estadual 25 de Julho em Novo Hamburgo.

A minha Orientadora Professora Doutora Márcia Regina Bertotto que sempre acreditou em mim e não desistiu mesmo quando eu pensei em desistir....

Obrigada por estarem na minha vida!

Na atual conjuntura, agradeço pela oportunidade de estar em uma Universidade Pública de qualidade, que me permitiu uma formação completa, através das Políticas de Ações Afirmativas implantadas durante o governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

*Nadie se puede acobardar, nacimos siendo valientes*

*Porque respirar es arriesgar*

*Este es el momento de agarrar el impulso*

*Las emociones las narra nuestro pulso*

*Respira el momento*

*Calle 13*



## RESUMO

Esta pesquisa trata da educação patrimonial a partir de acervos arqueológicos em meio digital. Tem por objetivo ressaltar a importância da utilização de acervos arqueológicos na Educação Patrimonial, por meio da coleção de artefatos do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, situado na Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramenta de difusão e valorização dos conhecimentos produzidos através da cultura material. Após pesquisa bibliográfica sobre os temas preponderantes do trabalho, realizamos um questionário para compreender a importância e o conhecimento da sociedade sobre a Arqueologia, bem como seu interesse em uma plataforma digital de acesso aos acervos arqueológicos, onde pode-se concluir que: a Educação Patrimonial voltada para os acervos arqueológicos deve estar associada ao trabalho coletivo entre os profissionais das áreas de Museologia, Arqueologia, Patrimônio e Educação, para possibilitar a renovação dos conhecimentos através da Arqueologia, em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento. Percebe-se a grande utilidade das Tecnologias de Informação e Comunicação na difusão do conhecimento, o que acarreta o compromisso dos profissionais de pensar em alternativas de efetivação e renovação da Educação Patrimonial no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Museologia. Arqueologia. Tecnologias de Informação e Comunicação. Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.

## RESUMEN

Esta investigación trata de la Educación Patrimonial desde los acervos arqueológicos en medios digitales. El objetivo de este trabajo es resaltar la importancia de la utilización de acervos arqueológicos en la Educación Patrimonial, por medio de la colección de artefactos del Sitio Arqueológico del Cais do Valongo, situado en la Región Portuaria de la Ciudad de Río de Janeiro, utilizando las Tecnologías de Información y Comunicación como herramienta de difusión y valorización de los conocimientos producidos a través de la cultura material. Después de la investigación bibliográfica sobre los temas preponderantes del trabajo se realizó un cuestionario para comprender la importancia y el conocimiento de la sociedad con relación a la Arqueología, así como su interés en una plataforma digital de acceso a los acervos arqueológicos, donde se puede concluir que: la Educación Patrimonial orientada a los acervos arqueológicos debe estar asociada a un trabajo colectivo entre los profesionales de las áreas de Museología, Arqueología, Patrimonio y Educación, para posibilitar la renovación de los conocimientos a través de la Arqueología, en beneficio de la sociedad y de su desarrollo. Es perceptible la gran utilidad de las Tecnologías de Información y Comunicación en la difusión del conocimiento, lo que conlleva el compromiso de los profesionales de pensar en alternativas de efectuación y renovación de la Educación Patrimonial en Brasil.

**Palabras clave:** Educación Patrimonial. Museología. Arqueología. Tecnologías de Información y Comunicación. Sitio Arqueológico del Cais do Valongo.

## LISTA DE IMAGENS

|  |    |
|--|----|
| IMAGEM 1 - Coordenadas geográficas.....                          | 38 |
| IMAGEM 2 - Plano da cidade do Rio de Janeiro.....                | 39 |
| IMAGEM 3 - Aquarela de autoria de Thomas Ender.....              | 40 |
| IMAGEM 4 - Planta do Cais do Valongo.....                        | 42 |
| IMAGEM 5 - Exposição do calçamento do Cais do Valongo.....       | 44 |
| IMAGEM 6 - Escavação em área ampla.....                          | 45 |
| IMAGEM 7 - Exposição ampla do calçamento do Cais do Valongo..... | 46 |
| IMAGEM 8 - Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.....            | 46 |
| IMAGEM 9 - Miçangas e adornos.....                               | 48 |
| IMAGEM 10 - Caixa de metal com tampa.....                        | 48 |
| IMAGEM 11 - Braceletes e anéis.....                              | 48 |
| IMAGEM 12 - Contas Facetadas em Azul.....                        | 50 |
| IMAGEM 13 - Brinco em metal com figa.....                        | 52 |
| IMAGEM 14 - Um brinco de cobre de meia lua.....                  | 53 |
| IMAGEM 15 - Cais do Valongo passou a integrar o Circuito.....    | 56 |
| IMAGEM 16 - Cais do Valongo e sua Zona de Amortecimento.....     | 58 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

MinC - Ministério da Cultura

MIS - Museu da Imagem e do Som de Campinas

PNM - Política Nacional de Museus

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>14</b> |
| <b>2 O LUGAR DA ARQUEOLOGIA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....</b>                    | <b>23</b> |
| <b>3 O CAIS DO VALONGO: APRENDENDO COM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO .....</b>       | <b>35</b> |
| 3.1 <i>Escavação e Achados.....</i>  | 43        |
| 3.1.1 <i>As contas de vidro – Sitio Arqueológico do Cais do Valongo/ RJ.....</i> | 49        |
| 3.1.2 <i>Objetos de Metais não ferrosos.....</i>                                 | 51        |
| 3.2 <i>A patrimonialização e o processo de reconhecimento pela UNESCO .....</i>  | 54        |
| <b>4 A TECNOLOGIA EM FAVOR DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO .....</b>                | <b>59</b> |
| 4.1 <i>Tecnologia e Educação Patrimonial: apresentando possibilidades.....</i>   | 64        |
| 4.2 <i>O Importante é o Conteúdo.....</i>  | 67        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>74</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>78</b> |
| <b>APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa sobre o interesse por Arqueologia..</b> | <b>83</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O crescente avanço da atuação da tecnologia na vida humana, aliado aos diversos debates acerca da valorização à diversidade cultural, tornam a conjuntura atual um legítimo encontro de tempos históricos. A partir da tecnologia, entendida como a pluralidade de equipamentos e funções que permitem criar, capturar, interpretar, armazenar, receber e transmitir informações (SILVA *et al*, 2017), emergem problemáticas culturais de períodos pretéritos apresentando seus desdobramentos na vida contemporânea, que por sua vez trata das questões da forma mais dinâmica e fluida possível. Hoje, mais do que nunca, é possível ter acesso às muitas versões das histórias da humanidade, e tudo sem sair de casa. O conhecimento produzido em diversas partes do globo, disponível em linguagens cada vez mais heterogêneas (bases de dados, redes de conhecimento, imagens, etc.), está passível de interpretações diversas por todos aqueles que têm a oportunidade de acesso à internet (computadores em rede, World Wide Web e as ferramentas de busca).

As tecnologias estão possibilitando novas formas de distribuir socialmente o conhecimento, e, nos cabe, enquanto profissionais que trabalham com patrimônio, apossarmo-nos desta ferramenta para ampliar o alcance do trabalho a que nos propomos. Os artefatos arqueológicos, por sua vez, são materiais complexos e que demandam um trabalho adequado no que diz respeito a sua documentação e pesquisa, pois sem esse acervo devidamente organizado e sistematizado sua utilização no âmbito museal, bem como no educacional, se torna inviabilizado. As evidências coletadas no sítio arqueológico trazem informações que demandam processamento técnico dentro das instituições museológicas<sup>1</sup> para alcançarem as demais etapas do fazer museológico.

---

1 Para a compreensão do que estamos chamando de instituições museológicas utilizaremos o conceito oficial de museu, que estabelece, normativamente, aquilo que todos, indiferente da compreensão específica que cada um tenha, devem considerar. De acordo com o artigo 1º, da Lei nº 11.906/2009: “Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos

Da mesma forma, para serem utilizadas na educação patrimonial essas informações técnicas necessitam ser complementadas por outras fontes, aqui me refiro às fontes bibliográficas que são utilizadas para desenvolver e ampliar as pesquisas arqueológicas, que muitas vezes as justificam, e que, depois da expedição, devem ser revisitadas no sentido de aproveitar também as matrizes materiais como meio de revisão das fontes bibliográficas, possibilitando uma ampliação de perspectiva tanto sobre as fontes materiais arqueológicas quanto sobre as bibliografias complementares.

Ao aliar o conhecimento arqueológico às demais fontes disponíveis têm-se a oportunidade de ampliar o alcance dos estudos desenvolvidos a partir do patrimônio material. Pedro Funari (1988) reconhece que a Arqueologia, enquanto ciência, deve estar relacionada com as demais áreas do conhecimento (como a história, a antropologia, a geografia, a arte, a filosofia, a linguística, a biologia, a física, a arquitetura e a museologia), pois elas são e foram elementares para seu aperfeiçoamento.

Um espaço importante do patrimônio arqueológico brasileiro que deve ser pesquisado profundamente para contribuir na construção historiográfica e na compreensão da composição da nossa sociedade é o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, patrimônio da humanidade reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2017, como um dos mais importantes registros da história da escravidão mundial, e que está sob salvaguarda do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)<sup>2</sup>, com a chancela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>3</sup>

---

voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades”. A ampliação e aprofundamento do conceito legal de museu, apresentando as diferentes categorias associadas à definição legal, podem ser obtidos no Decreto federal nº 8.124/2013, que regulamenta as Leis federais nº 11.904/2009 e nº 11.906/2009. (BRASIL, 2009; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2013).

2 Através do Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012, foi criado o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, ratificado pela Lei 5547 de 27 de Dezembro de 2012, como órgão estruturado no Gabinete do Prefeito. O Instituto tem como finalidade: gerir as atribuições da antiga SUBPC - Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design que teve sua origem no Departamento Geral de Patrimônio Cultural DGPC, criado em 1986, e; gerir o Sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. INSTITUTO RIO PATRIMONIO DA HUMANIDADE. **[Site Institucional]** Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/competencias>>. Acesso em: 29 nov 2018.

3 As disposições do IPHAN com relação ao patrimônio Arqueológico. PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO. **[Site Institucional]** 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>>. Acesso em: 29 nov 2018.

(IPHAN). Localizado na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, o Cais do Valongo foi o principal local de entrada dos africanos escravizados nas Américas. (IPHAN, 2017, p. 92)

Segundo Florentino (1997), o tráfico no Rio de Janeiro foi o mais significativo fluxo de africanos escravizados em todo o planeta, entre 1790 e 1830 – principalmente nas duas últimas décadas desse período. O Cais adquiriu o valor simbólico de testemunho material das raízes africanas nas Américas, sendo um desses espaços em que a materialidade se condensa em memória viva (BRUNO, 2013). Em seu entorno se encontravam os armazéns em que os cativos recém-chegados eram expostos e vendidos, o Lazareto<sup>4</sup>, onde deveriam ser isolados em quarentena os que se encontravam infectados e os já moribundos, e o Cemitério dos Pretos Novos, destino dos que morriam ao chegar. (IPHAN, 2017)

Entendemos que é preciso considerar a Educação Patrimonial como parte da grade disciplinar de ensino regular, ou mesmo como uma realidade possível na educação brasileira. Os agentes envolvidos com o patrimônio cultural brasileiro, também tem uma parcela de responsabilidade para tornar a educação para o patrimônio uma realidade, o que nos coloca diante de uma outra questão: como se insere o patrimônio arqueológico dentro das instituições de ensino, dentro dos museus, ou na sociedade como um todo?

Levemos em consideração a estratigrafia do abandono que, segundo Bruno (2009), refere-se à omissão dos intérpretes do Brasil diante das fontes arqueológicas na construção historiográfica brasileira, o que, segundo a autora, acontece porque as fontes bibliográficas são privilegiadas em detrimento das demais fontes orais e materiais disponíveis. A escassez de pesquisas aprofundadas sobre o material arqueológico, a falta de proximidade e/ou acesso ao patrimônio nas diversas realidades sociais e culturais do Brasil e o pouco uso das novas tecnologias nas escolas, também são fatos preponderantes e que afetam o que poderia ser a contribuição da Arqueologia para a Educação Patrimonial.

---

4 Antiga denominação de nosocômio para leprosos. (SILVA; SILVA; VIANA. Dicionário Ilustrado de saúde. [S.l.] Yendes. 2.ed. 2007. Disponível em: <[http://www.mkmouse.com.br/livros/Dicionario\\_Ilustrado\\_de\\_Saude.pdf](http://www.mkmouse.com.br/livros/Dicionario_Ilustrado_de_Saude.pdf)>. Acesso em: 29 nov 2018.



Ou seja, é necessário pensar em novas formas de colaborar com o ensino e atingir um dos principais públicos usufruidores das pesquisas arqueológicas, pela finalidade educativa do campo, devemos pensar sobre o público escolar.

A educação para o patrimônio tem o intuito de elevar o processo educacional para além da escolarização, abrangendo o meio a que o sujeito está inserido e seus diversos aspectos sociais e culturais. Neste sentido, integra a sociedade com a memória, utilizando o patrimônio como fonte primária de conhecimento e aprendizado, neste caso, a fonte arqueológica, tendo como princípio básico a experiência direta com os bens e fenômenos culturais para sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descoberta. Desta forma, levar tal conteúdo ao conhecimento a partir do meio digital, possibilita um maior alcance, ou seja, a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) pode ser uma grande aliada para a disseminação de conteúdo educativo e informacional, além de ser utilizada como ponte para criar redes de troca de conhecimento nos ambientes escolares e sociais.

Diversos materiais digitais que trazem a temática do patrimônio e da Arqueologia vêm sendo criados e disponibilizados online gratuitamente, o que reforça a necessidade de um suporte onde possam ser agrupados e divulgados ao público. A possibilidade de aliar a educação para o patrimônio às TICs pode ser uma forma de dinamizar as informações e de enaltecimento da memória.

Investir em uma plataforma digital para compartilhamento de pesquisas e informações de valorização dos bens arqueológicos é uma forma útil, eficaz e viável de difusão da Arqueologia como fonte de conhecimento e pesquisa para colaborar com a educação patrimonial. Outrossim a forma como o sistema educacional incorpora as TICs afeta diretamente a diminuição da exclusão digital existente no país (SOARES-LEITE; NASCIMENTO-RIBEIRO, 2012), ou seja, a socialização dos conhecimentos sobre a sociedade, gerados pelos estudos do patrimônio, através da rede básica de educação tem um grande efeito se aliado à utilização da tecnologia disponível.

Assim percebemos que é vantajoso que o conhecimento produzido a partir do patrimônio cultural esteja disponível nos meios tecnológicos, tanto para sua difusão e pesquisa, quando for do interesse da comunidade, quanto para sua legitimação. Tal entendimento nos instiga a pensar em alternativas nesse sentido. Assim, surge a ideia de elaboração de um guia/roteiro para uma

plataforma digital<sup>5</sup> de integração dos campos da Museologia e da Arqueologia em favor da educação patrimonial.

Esta pesquisa justifica-se a partir da compreensão de que a Museologia é também responsável pela efetivação do processo de educação patrimonial e os artefatos arqueológicos, como um de suas tipologias de acervo, demandam processos específicos, de coleta e pesquisa, que devem ser pensados também pela área museológica, no sentido da comunicação deste conhecimento. Quando as informações são compartilhadas entre o fazer arqueológico, o fazer museológico e a educação, facilita-se a socialização que permite que seja consolidada a tarefa da educação patrimonial e da valorização do conhecimento produzido a partir da Arqueologia e de seus artefatos.

O estudo tem o objetivo de ressaltar a importância da educação patrimonial a partir dos acervos arqueológicos, tendo como objeto de análise duas peças do acervo coletado no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, por compreender a necessidade de uma difusão ampliada das coletas do patrimônio arqueológico brasileiro. Objetiva especificamente contribuir para a valorização e democratização das informações e dos resultados das pesquisas do campo da Arqueologia e da Museologia, e as benesses que possam ser geradas pelo entrelaçamento destes campos complementares do conhecimento, a partir do esboço de um guia/roteiro de uma plataforma de consulta de informações sobre o Cais do Valongo.

Verificamos a importância da Arqueologia como fonte de informação sobre a sociedade, que possibilita uma profunda aproximação da memória contida na materialidade dos artefatos patrimoniais com aquela vivenciada pelas populações no seu cotidiano, pois os objetos, presentes no dia a dia de todos nós, podem ser vistos em museus como amostras de artefatos arqueológicos. Histórias passadas de geração em geração, em torno de determinados objetos

---

5 As plataformas virtuais estão relacionadas à tecnologia utilizada para a criação e desenvolvimento de ferramentas ou sistemas utilizados no espaço online. A plataforma digital possibilita que diferentes aplicativos possam ser usados ao mesmo tempo por internautas. Uma das características essenciais da plataforma digital é que ela não exige um determinado lugar físico para conexão. Para estar no mesmo ambiente, basta a todos os participantes disporem de um aparelho conectado à web. Ver mais em: GESTÃO ONLINE. **[Site Institucional]**. Disponível em: <<https://gestaogo.com.br/plataforma-digital/o-que-e-uma-plataforma-digital/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

ou histórias pertencentes às nossas famílias, podem ser também apresentadas como narrativa patrimonial dentro dos espaços institucionais de memória.

O caso específico do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, revela a importância da utilização das fontes arqueológicas na educação patrimonial, visto que ao depararmos com uma coleção sobre a escravidão com mais de 1.200.000 mil peças (IPHAN, 2017, p. 67) é possível compreender a relevância que a cultura material adquire enquanto suporte de memória. Sabendo que os artefatos arqueológicos são a materialização de acontecimentos muitas vezes ocultos na historiografia, percebemos que investigar a fundo essa versão da história pode ser uma oportunidade de dar voz àqueles historicamente silenciados.

A metodologia utilizada neste trabalho é a análise documental e bibliográfica das produções acerca de educação patrimonial, artefatos arqueológicos e da utilização da tecnologia na educação patrimonial. Também a busca por experiências empíricas de utilização do meio digital para esta função e a realização de questionários com grande público para compreender o conhecimento e a importância dada à Arqueologia. O questionário elaborado no *Google Forms* foi disponibilizado nas redes sociais (Facebook, *E-mail*), sendo realizado convite para participação espontânea, totalizando 54 questionários respondidos, durante o período de sete dias.

O embasamento teórico utilizado sobre o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, tem como base a bibliografia disponível *online*, e foi organizado do macro para o microambiente. No nível macro, considerando o espaço físico geográfico do bem e sua história: o Relatório de Estágio de Pós-doutoramento de Carlos Eugênio Líbano Soares, intitulado Valongo, Cais dos Escravos: Memória da Diáspora e Modernização Portuária na Cidade do Rio De Janeiro, 1668 – 1911, de 2013, produzido no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição responsável pela fiscalização das obras que levaram à escavação do Cais do Valongo. Nesta pesquisa o autor estuda a história da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, com ênfase no Cais do Valongo, tendo a perspectiva orientada para a história do cenário construtivo. Neste trabalho nos interessa o período de funcionamento do

Cais do Valongo, entre 1779 e 1834, local por onde chegaram quase um milhão de africanos escravizados na cidade. (SOARES, 2013).

Sobre o Sítio Arqueológico em sua constituição e processo de escavação temos o artigo Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX, de Tania Andrade Lima, Glaucia Malerba Sene e Marcos André Torres de Souza, publicado em 2016, onde os autores relatam os resultados da pesquisa arqueológica desenvolvida na zona portuária do Rio de Janeiro, pelo Projeto Porto Maravilha<sup>6</sup>, no âmbito das obras de infraestrutura e revitalização urbana realizada na região pela Prefeitura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016, onde são apresentados a metodologia utilizada na escavação, o surgimento paulatino das estruturas edificadas, os contextos estratigráficos, a interpretação feita para o que foi encontrado, e as transformações urbanas decorrentes dos achados. (LIMA; SENE; SOUZA, 2016).

Sobre o processo de patrimonialização e inclusão do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo na lista do patrimônio da Humanidade, temos o dossiê de candidatura encaminhado pelo IPHAN à UNESCO, publicado em 2016, que evidencia a importância histórica do mesmo. Ainda sobre o processo de patrimonialização temos o artigo de Simone Vassallo e André Cicalo, intitulado Por Onde os Africanos Chegaram: O Cais Do Valongo e a Institucionalização da Memória do Tráfico Negro na Região Portuária do Rio de Janeiro, publicado em 2015, no qual é feita uma reflexão sobre as ações e representações em torno do sítio arqueológico do Cais do Valongo. Concentrando a observação em três grupos de atores: lideranças do movimento negro, pesquisadores acadêmicos e representantes do poder público municipal, os autores buscam compreender como, juntos, eles concebem a localidade do Cais do Valongo como principal referência da chegada de africanos escravizados no país. (VASSALO; CICARO, 2015).

O embasamento teórico e conceitual foi realizado a partir dos autores Maria Cristina Bruno, Pedro Funari, Maria de Lourdes Horta, Mario Moutinho, Salerno e Waldisa Rússio. Funari (1988) apresenta os conceitos de Arqueologia

---

6 Projeto desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na região portuária da cidade. Ver: RIO DE JANEIRO. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP. [Site Institucional]. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

e Artefato, fundamentais para a compreensão do objeto de estudo; Salerno (2012) traz a problematização da Arqueologia pública, como metodologia de análise sobre o tratamento das informações do material arqueológico; Bruno (2009) apresenta o conceito de Musealização dos objetos arqueológicos e da Estratigrafia do Abandono, importantes para a realização do levantamento de dados acerca do objeto e do problema de pesquisa. Rússio (2010) conceitua a Musealização e o Fato Museal, temas centrais na definição teórica da pesquisa; Moutinho (2014) apresenta a definição evolutiva da Sociomuseologia, que é utilizada como metodologia para análise e investigação de soluções para o problema de pesquisa; Horta (1999) define a Educação Patrimonial, que representa o cerne da preocupação desta pesquisa.

Após esta primeira etapa de levantamento bibliográfico e documental, foi feita a elaboração do esboço de um guia/roteiro para plataforma de acesso aos dados sobre acervos arqueológicos, voltado para a educação patrimonial através dos artefatos arqueológicos, escolhidos a partir do acervo do Cais do Valongo: as contas azuis (da coleção de contas) e um brinco de metal com figa (da coleção de objetos de metais não ferrosos). Este esboço de guia/roteiro tem a finalidade de auxiliar, futuramente, na composição de um aplicativo de celular que possa ser utilizado para a educação patrimonial nos espaços de ensino formais e informais.

Esta pesquisa está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro a Introdução, onde estão: o tema, a problemática, os objetivos, a justificativa, a relevância e a metodologia da pesquisa. O segundo capítulo, denominado O lugar da arqueologia na educação patrimonial, objetiva identificar a importância da educação patrimonial voltada para os artefatos arqueológicos. No terceiro capítulo: O Cais do Valongo: aprendendo com o patrimônio arqueológico, a intenção é contribuir para a valorização e democratização das pesquisas e informações do campo da Arqueologia ao abordar a história do Cais do Valongo, desde sua concepção, passando pelo processo de escavação arqueológica e patrimonialização, tombamento e processo para tornar-se Patrimônio Mundial e, também, sua relação com a instituição patrimonial a qual está atualmente vinculado. No quarto capítulo: A tecnologia em favor da valorização do patrimônio: a finalidade é a busca por alternativas para a educação patrimonial com acervos arqueológicos, na proposição de um esboço de guia/roteiro da

plataforma de dados. Finalizando, com as Considerações Finais, onde serão apresentados os resultados da pesquisa e as costuras com o referencial teórico.

É importante considerar o Museu como parte integrante da comunidade<sup>7</sup>, em que está inserido, sendo sua ação baseada na completude patrimonial de determinado local, do qual é possível decifrar as relações do ser humano com seu meio e a atuação do legado cultural e natural na identidade dos indivíduos e comunidades. Concebemos o museu como ponto de encontro e convívio plural e democrático, que se compromete a ser um espaço de construção de experiência, por meio do diálogo, da dinâmica da comunicação e da prática de educação libertadora<sup>8</sup>, como a apropriação perene do patrimônio e a multiplicação da ideia de preservação, percebendo que assim consagra-se a essência do processo museológico. (SIQUEIRA, 2015).

O museu, nesse sentido, depende da sua disposição de criar redes de relações dialógicas com os diferentes setores da comunidade e seus sujeitos, promovendo o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio.

---

7 A comunidade, aqui, é definida por dois critérios básicos: interação social e senso de pertencimento (VARINE, 1987, *apud* SANTOS, 2008, p. 185).

8 Paulo Freire (2014, p. 83) afirma que “[...] a razão de ser da educação libertadora está no seu impulso inicial conciliador. Daí que tal forma de educação implique a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos.”.

## 2 O LUGAR DA ARQUEOLOGIA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Arqueologia é a ciência que viabiliza a interpretação histórica através da materialidade legada por nossos antepassados (FUNARI, 1988); se assimilada dessa maneira, possui um papel crucial no processo educacional, pois revela, por meio dos artefatos, o funcionamento e transformação das sociedades humanas em um determinado contexto histórico e social. A Educação Patrimonial, estudo dos contextos sociais e culturais baseado prioritariamente no patrimônio (HORTA, [199?]), tem o poder de trazer novas perspectivas à construção historiográfica, uma vez que dela provém leituras plurais dos mais diversos sujeitos sociais. Ou seja, a educação patrimonial, a partir dos acervos arqueológicos tem dupla importância, pela necessidade de valorização da cultura evidenciada pelo patrimônio material, e pelo patrimônio arqueológico ser um bem cultural<sup>9</sup> ligado a compreensão da cultura em sua origem, considerando que a Arqueologia:

Buscaria, assim, a um só tempo, as relações causais na sucessão do tempo e a identificação de princípios sincrônicos de funcionamento das sociedades humanas. [...] Tal concepção torna-se compreensível se considerarmos que o funcionamento da sociedade apenas adquire sentido como algo em constante autotransformação (FUNARI, 1988, p. 15).

Atualmente resguardadas pela legislação vigente, a Arqueologia e a Educação no Brasil tem importantes elos. O projeto que vinculou os estudos arqueológicos à Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), na década de 1980, e que foi fortalecido a partir da publicação da Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002 (IPHAN, 2002), indica o desenvolvimento de ações educacionais com vistas à socialização do conhecimento arqueológico. De forma ampla, a preservação do patrimônio arqueológico está assegurada pela

---

9 O patrimônio cultural pode ser definido com um bem ou bens de natureza material ou imaterial considerado importante para a identidade da sociedade brasileira. (IPHAN, 2009) Os bens culturais imateriais estão relacionados com os conhecimentos empíricos artísticos/ artesanais, os costumes, as crenças da população e seus espaços de manifestação, e os bens culturais materiais podem ser imóveis – edificações, sítios arqueológicos, áreas de preservação ambiental, etc., ou móveis – acervos de museus, de bibliotecas, de arquivos, etc.

Constituição Federal de 1988 que, em seus artigos 216 e 225<sup>10</sup>, institui o patrimônio arqueológico como um bem cultural da União, garantido a sua proteção pelo Estado. (BRASIL, 1988).

Para a preservação ser garantida, entrou em vigor em março de 2015, a Instrução Normativa 01/2015 do IPHAN que “[...] estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.” (CALIPPO, 2017, p. 2). Para os empreendedores, arqueólogos e arqueólogas e para o IPHAN, interessados nos processos de licenciamento ambiental, estão definidos todos os procedimentos, com indicação de prazos a serem cumpridos.

Enquanto profissionais interessados no trabalho realizado em favor do patrimônio precisamos problematizar os efeitos no que tange ao real alcance das ações educacionais como possibilidade de difusão, divulgação e socialização do conhecimento arqueológico junto aos mais diversos setores sociais (CARNEIRO, 2014), como estabelecido pela legislação supracitada. Ao compreender a Arqueologia enquanto uma ciência social, que tem por objetivo estudar as relações sociais através da cultura material é essencial trazer ao debate como se dá o desempenho dessa função social.

Os estudos arqueológicos, apesar de estarem coadunados em sua base legal ao desenvolvimento de ações educativas para socialização do conhecimento produzido, não raramente distanciam-se do seu fazer principal, o de aproximar a comunidade de seu patrimônio, ao desenvolver pesquisas isoladas das comunidades, utilizando-se da autoridade científica para cercear o

---

10 Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Constituição Federal de 1988.



acesso aos sítios arqueológicos, criando uma barreira física e também simbólica entre patrimônio e comunidade (CARNEIRO, 2014). Resultado disso o patrimônio arqueológico já nasce desprovido de um vínculo sólido com sua comunidade de origem, o que revela consequências no momento de sua contribuição à educação.

Esse distanciamento entre pesquisadores e comunidade pode ser apreendido pelo contexto histórico em que se desenvolveu, pois teve sua origem nas expedições exploratórias cunhadas por uma ideia de descobrimento e exibição do exótico, o que descontextualiza e reduz o patrimônio aos olhares colonizadores de interpretação da cultura. Neste momento os profissionais da Arqueologia, bem como o Estado, devem responsabilizar-se pelo alinhamento dos conhecimentos técnico-científicos aos saberes tradicionais, valorizando o papel basilar destes para o equilíbrio do ambiente e complexidade territorial que hoje se apresenta, não deixando a valorização da diversidade apagar a participação dos sujeitos comunitários. (CARNEIRO, 2014).

É preciso desviar as práticas e processos museológicos<sup>11</sup> tradicionais dos objetos e centrá-las nos sujeitos que participam na identificação, contextualização, organização e reconstrução de paradigmas sociais para os elementos culturais, pois desta forma a educação deixa de ser elo final entre funções museais desempenhadas por especialistas e o público, para tornar-se a essência do museu, concebido e apropriado coletivamente.

Essa questão se relaciona com o debate sobre o acesso e socialização dos estudos arqueológicos que, segundo Bruno (2009), passa pelo processo chamado de estratigrafia do abandono. Esse conceito, cunhado pela autora, conforme já exposto anteriormente, refere-se à omissão dos intérpretes do Brasil diante das fontes arqueológicas na construção historiográfica brasileira, o que, segundo a autora, acontece porque as fontes bibliográficas são privilegiadas em detrimento das demais fontes orais e materiais disponíveis, prática esta que prejudica a Arqueologia e a distância do processo cultural contemporâneo.

---

11 "O objeto, ao ser incorporado pelo museu, recebe intencionalmente um valor documental e, por conseguinte, necessita ser comunicado, preservado e pesquisado, passando por um processo de resignificação de suas funções e de seus sentidos, para assim se tornar um objeto museológico, processo no qual devem ser evidenciadas suas características intrínsecas e extrínsecas" (FERREZ, 1994 *apud* PADILHA, 2014, p.19).

Essa postura de omissão da cultura material na construção da historiografia, ocorre também com relação aos museus em geral o que prejudica o processo de extroversão do conhecimento através da comunicação em exposições e atividades museais. (BRUNO, 2009). Segundo Bruno (2009), a museologia tem a possibilidade de articular o patrimônio arqueológico às demais vertentes consideradas na constituição da memória nacional, para isso é essencial o interesse dos profissionais de Arqueologia e de Museologia no trabalho da comunicação museológica para a disseminação das pesquisas arqueológicas.

Segundo Bruno (2009) é preciso superar a barreira existente entre arqueólogos e museólogos, quanto a comunicação das pesquisas de ambos os campos, pois a utilização desse recurso contribuiria, substancialmente, para a formação da imagem que a sociedade brasileira tem dos grupos humanos estudados, revertendo a situação de abandono das fontes arqueológicas.

Outro fator significativo nesta discussão é a deficiência com relação à documentação museológica e pesquisa científica dos acervos arqueológicos. Através do contato com acervos deste tipo no decorrer do curso de Museologia e principalmente pela minha fascinação com o fazer arqueológico, pude perceber a carência de profissionais, nas reservas técnicas dos museus em que estive estagiando, voltados para o aprofundamento das pesquisas sobre os acervos salvaguardados, verificando que os poucos profissionais presentes nestes espaços, não raramente, voltam-se para atividades básicas, como o arrolamento do crescente acervo ou a documentação museológica inicial, fato que torna a pesquisa uma preocupação secundária e protela o processo de extroversão do conhecimento.

Uma vez que o caminho necessário na geração dos acervos arqueológicos inicia-se na preparação dos projetos de pesquisa e nos processos de coleta em campo e culmina, necessariamente, nas atividades de comunicação realizadas nas instituições museológicas, percebemos que a demanda da socialização e democratização do acesso ao conhecimento

concerne ao campo<sup>12</sup> da Museologia, pois através do endosso<sup>13</sup> institucional que é outorgada a responsabilidade de guarda permanente do patrimônio coletado.

A partir do momento que a instituição se mostra apta a realizar a guarda de materiais arqueológicos assume, também, finalidades museológicas, arcando com a responsabilidade e com o compromisso de realizar a manutenção física e permanente dos acervos, além de criar meios para que as coleções sob sua guarda possibilitem a “[...] constante renovação de conhecimentos e reflexões, fomentando a renovação das pesquisas científicas nos materiais arqueológicos e nos processos de extroversão [...]”, a partir do “[...] incentivo de novos pesquisadores para ampliação do potencial de uso social dos acervos.”. (COSTA; COMERLATO, 2014, p.120).

A musealização<sup>14</sup> dos artefatos arqueológicos traz à luz a memória em alto-relevo, unindo passado e presente, ambientes públicos e privados. Observamos os utensílios cotidianos, percebemos que provêm daquele à mostra dentro da seção de Arqueologia do museu ou, mesmo que sejam vestígios imperceptíveis à primeira vista, se olhamos mais atentamente para as ruas, rochas e formações do relevo, percebemos: a Arqueologia está em todo lugar! A todo tempo convivemos com vestígios arqueológicos, sejam aqueles abaixo de

---

12 Campo, na teoria proposta por Pierre Bourdieu representa um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. É o poder simbólico. Nele se estabelece uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores. (BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 9).

13 O termo endosso, no senso comum, refere-se ao reconhecimento por parte de um indivíduo de uma ação ou situação vivida por outro indivíduo, como forma de confirmação do primeiro para o segundo. Do ponto de vista legal, a noção de endosso corresponde à mesma concepção social, acrescida, entretanto, da assunção de um indivíduo ou entidade dos atos e responsabilidades assumidas pelo outro. No campo jurídico do direito brasileiro trata-se, portanto, de avalizar, de afiançar, de garantir de se responsabilizar pelo ato do outro. Nas relações de guarda de acervos arqueológicos, o termo endosso vem acrescido do adjetivo institucional, portanto, “endosso institucional”. Na maneira mais simples de se perceber, o endosso institucional refere-se uma “declaração” pela qual uma instituição apta a realizar guarda de materiais arqueológicos confere apoio a um projeto de arqueologia que procederá a intervenções que redundem na coleta destes acervos. (COSTA; COMERLATO, 2013, p. 117).

14 A musealização não acarreta apenas a comunicação museológica. Ela acarreta uma valorização, uma ênfase sobre certos objetos. A musealização repousa em pesquisas prévias, na seleção dos objetos, na documentação, na direção, na administração, conservação e, eventualmente, na restauração. Essa musealização recobre, portanto, ações muito diferentes que dependem de domínios científicos muito diversos. (RÚSSIO, 1981 *apud* BRUNO, 2010, p.125).

nossos pés, ainda não descobertos, sejam os que estão sendo criados por nós mesmos, nesse exato momento.

A Arqueologia é, sem dúvida, uma das formas mais palpáveis de memória e deve ser valorizada como tal. Fala do nosso lugar, de quem viveu nele, de como viveram suas vidas e também como chegamos onde estamos hoje. É de interesse da sociedade e do Estado que tais informações estejam disponíveis dentro e fora dos museus, das instituições de memória, dos laboratórios de pesquisa e das bases de dados, e principalmente dos ambientes formais e informais de ensino.

A Educação Patrimonial é uma das formas de sensibilização para ressaltar a importância da Arqueologia como fonte de memória, e também como fonte de informação para a construção historiográfica da sociedade. Atualmente são poucos os investimentos em educação e também no patrimônio arqueológico, especialmente no Brasil, porém existem muitos profissionais do patrimônio interessados em dinamizar o acesso à memória e à cultura e vemos surgir muitas iniciativas nesse sentido.

No Brasil, a Política Nacional de Museus (PNM), estabelecida e implementada pelo Ministério da Cultura (MinC) por meio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) – produto do processo de consulta à comunidade museal, defende, conforme o documento convocatório para o debate da política, lançado em 2003, que os museus têm função essencial na valorização do patrimônio cultural, com o propósito de “[...] propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.” (BRASIL, 2003 *apud* SIQUEIRA, 2015, p. 52).

A PNM aponta os museus como intermediários estratégicos na suplantação da desigualdade social histórica, no reconhecimento da pluralidade cultural brasileira, na promoção dos direitos humanos e de políticas afirmativas de combate ao preconceito e de valorização das identidades das minorias (em relação ao poder) étnicas, de gênero e orientação sexual, na melhoria do nível educacional, e na oferta de oportunidades aos jovens para construção de projetos de vida. (SIQUEIRA, 2015).

Desta forma, as instituições de memória, principalmente as endossantes de projetos arqueológicos, ao compreenderem as responsabilidades provenientes da salvaguarda do patrimônio, devem honrar o processo de

geração dos acervos arqueológicos ao tratar os artefatos, desde seu surgimento, como objetos museológicos potentes. Preconizando a preservação, a adequada pesquisa e plena extroversão à sociedade, ao observar suas características físicas e especificidades de tratamento.

Em síntese, a instituição de guarda deve reconhecer essas peculiaridades e atuar no sentido de prolongar a “vida” útil do bem preservado; tratar os materiais arqueológicos sem considerar esses aspectos corresponde a agir como agente contrário à preservação. (COSTA; COMERLATO, 2014, p. 119).

Assim percebemos que os bens culturais arqueológicos dependem da instituição museológica para sua pesquisa, socialização e preservação. Em sentido amplo, a preservação constitui-se em um ato político com objetivo de valorização dos registros históricos representantes de processos culturais presentes dentro de casa museu; preservar proporciona a construção de uma memória, que permite a identificação e o fortalecimento de uma consciência histórica que aproxima o patrimônio cultural à sociedade contemporânea. De acordo com Bruno (2009):

Patrimônio é o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações. (BRUNO, 2014, p.9).

Na preservação não é apenas o bem patrimonial que está salvaguardado, mas toda a memória individual e/ou coletiva por ele promovida. Conforme Bruno (2014) esta é uma preocupação da Museologia:

As ações museológicas têm buscado sistematicamente a problematização sobre as infinitas implicações da memória, nos territórios individuais e coletivos, que sustentam as nossas inflexões pessoais e existenciais e interagem com a nossa inserção no coletivo e no social do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, pode-se apontar que a memória é uma construção no presente, a partir de indicadores culturais relativos às experiências que os indivíduos e os grupos sociais elaboram com seus semelhantes (expressões / manifestações), com as paisagens (espaços / lugares) e com as coisas (objetos / artefatos), em suas formas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação. (BRUNO, 2014, p. 8).

Desta forma, a noção de memória está intrinsecamente ligada à constituição dos conjuntos patrimoniais, e a especificidade da museologia está na administração desses sistemas de memória. E, no caso das potencialidades patrimoniais dos vestígios arqueológicos e suas interlocuções com cenários culturais diversos, cabe aludir que a abordagem e a socialização de bens arqueológicos prescindem recursos metodológicos específicos no fazer museológico.

Ressaltamos que não se trata de pensar um novo paradigma específico à Arqueologia, mas de encontrar um ponto de conjunção entre a Arqueologia e a Museologia no que tange às ações de preservação, valorização, extroversão e educação. Ao dar espaço a experimentações específicas da intersecção dos campos, possibilita-se a ampliação da ação museológica nos contextos culturais que têm nos bens arqueológicos o eixo gerador de ações patrimoniais.

Nesse sentido a “Musealização da Arqueologia” (BRUNO, 2009) tem se fortalecido pela percepção de que seu domínio pode ser delineado para a idealização de mediações entre os índices da memória revelados pela Arqueologia e os âmbitos de ação museológica, intervindo no rumo daquilo que as sociedades elegem, ou são levadas a eleger, como bem patrimonial representante de sua cultura. (BRUNO, 2014.)

Os bens musealizados expressam aquilo que foi eleito para evocar a memória de uma comunidade. Um objeto ao ser musealizado, mesmo que desativada sua função de uso, readquire seu valor cultural, e recebe novas funções sociais. Ao serem utilizados em exposições museais, enquanto expressão da materialidade cultural de um grupo social, atuam como mediadores nos contextos culturais inseridos e estão disponíveis para as mais variadas assimilações e associações.

Cabe aludir que o objeto circula dentro de uma sociedade, enquanto ícone repleto de sentidos compartilhados, referindo-se a uma paisagem que situa o sujeito no espaço. Ou seja, os objetos sempre falam de um lugar, porque estão ligados à experiência dos sujeitos com e no mundo. Os sítios arqueológicos são locais que possuem aspectos diferenciados dos demais espaços sociais, tanto por sua natureza histórica cultural evidente, quanto pela sua capacidade de evocação da memória. Essa interpretação espontânea do sítio, local geograficamente estável, não é a mesma para os artefatos, que uma vez

extraídos de seu contexto original podem ser assimilados fora das relações sociais de que derivam e que passam a representar (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005).

A noção do espaço ou território se torna igualmente essencial para compreender que, quando desvelado o patrimônio, importam aos estudos e ações voltados aos problemas patrimoniais, não só o território enquanto o conjunto de espaços e lugares das construções, apropriações e transformações das paisagens culturais pretéritas e contemporâneas, mas ainda o território construído de acordo com os horizontes e percepções dos diferentes campos de conhecimento.

A partir deste fato, torna-se crucial a contextualização dos objetos museológicos, especialmente os arqueológicos, ao apresentarem-se as demais interpretações. Existe uma relevância didático-pedagógica e ilustrativa na ausência de contexto, pela sua propensão de suscitar reflexões, nas quais tempos e espaços são realinhados, alternados e desconstruídos pelo observador. No entanto, o âmbito subjetivo revela certa truculência que emerge do atrito entre “localismos e globalismos” (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 42) e seus análogos, alcançando as paisagens do outro e instaurando ambiências de poder. Em outras palavras:

Trata-se de um movimento para dentro e para fora de si mesmo. Para dentro, como um movimento centrífugo, nos leva à reflexividade, a um diálogo com nossas visões de mundo e apreciações ético-estéticas sobre “as coisas” que constituem o mundo, pelo prisma da subjetividade e do caráter pessoal. Por outro lado, quando o movimento se direciona para fora, revela-se a sua dimensão centrípeta, que permite uma leitura sobre a cultura do outro, pela constatação da diferença, que, nesse caso, se insurge como alteridade vivida na radicalidade do relacional e do interativo, apontando para a complexidade social, a política e a ética. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 43).

Seja pela sua vocação documental ou seu valor simbólico atrelado a grupos sociais e aos espaços de memória, os artefatos arqueológicos representam valor ímpar dentro dos acervos museais, pois se diferenciam dos demais objetos ao possibilitarem a reflexão sobre o repetir do fazer humano, escapando da perspectiva limitada de excepcionalidade das coisas, que sacraliza os objetos e os distancia da realidade do observador.

De cada objeto musealizado pode se deprender características intrínsecas, aquelas que estão visíveis no objeto, como forma, cores, material, dimensões, etc., e características extrínsecas, aquelas que necessitam de pesquisa em outros documentos, pois são características ligadas ao contexto do objeto, como seu local de origem, sua manufatura, as relações sociais a que foi atribuído, etc. (PADILHA, 2014). Todas estas informações ao serem pesquisadas, registradas, preservadas e comunicadas evidenciam o valor histórico e cultural do artefato e de seus grupos sociais enquanto documento físico de memória (VAN MENSCH *apud* MAST, 2008, p. 106).

Desta forma, percebe-se que os sítios e objetos arqueológicos agem como documentos, não escritos, que atestam fatos sociais e evocam a memória cultural através da preservação. Neste sentido a Educação Patrimonial por meio dos artefatos arqueológicos tem o poder de provocar reflexões sobre os contextos sociais e tempos históricos, de estimular a curiosidade para a pesquisa, incentivar o reconhecimento do diferente e o respeito ao outro, além de servir como alicerce para a valorização do patrimônio e da memória social das localidades.

Cabe reforçar que a Educação Patrimonial, não é limitada à alfabetização cultural, mas está ligada a uma continuidade e aprofundamento sistemático e permanente de trabalho educacional. Sabemos que a relação de aprendizado se estabelece em uma base dialógica<sup>15</sup> e dialética, já que o indivíduo, ou seja, todos nós, faz de uma forma ou outra, a leitura do mundo que os rodeia (CARNEIRO, 2014). Assim, mais do que uma estratégia metodológica, consideramos oportuno pensar a Educação Patrimonial como um campo de conhecimento de forma a abarcar o desenvolvimento de pesquisas e o planejamento e execução de ações educacionais que contemplem a complexidade das questões relacionadas às referências patrimoniais.

A Educação Patrimonial pelo acervo arqueológico do Cais do Valongo tem potencial para contribuir na construção de uma historiografia do Brasil sob uma outra perspectiva. Embora não se tenha, ainda, os resultados das pesquisas sobre esse acervo, sua relevância fica explícita quando percebemos a

---

15 “Na teoria dialógica da ação os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração.”. (FREIRE, 2014, p. 227).



incipiência dos conhecimentos acerca da história de uma das populações formadoras da sociedade brasileira. Percebemos a necessidade de destrinchar, mais profundamente, nossa construção histórica, tendo em vista que a falta de conhecimento nos direciona a reprodução de conceitos pré-concebidos sem embasamento histórico ou conceitual, e conseqüentemente à exclusão de paradigmas, epistemologias, ou mesmo ontologias diferentes daquela legitimada e perpetuada pela nossa atual construção historiográfica.

A Arqueologia tem seu papel social revelado no momento da extroversão do conhecimento para a apropriação, valorização e preservação, pois instiga o interesse de grupos da sociedade pela pesquisa arqueológica. O patrimônio arqueológico suscita um debate profundo com relação à memória e as representações históricas construídas na ausência de conhecimentos ainda não desenterrados.

O domínio dos conhecimentos gerados por estes acervos se torna pertinente quando há necessidade de recorrer aos registros históricos para legitimação de discursos e aferição em locais onde a fala é monopolizada por determinados sujeitos sociais, respaldados com o discurso acadêmico ou com instâncias de poder<sup>16</sup>. Muitas vezes por razões políticas, esse debate se faz presente em espaços onde são colocadas em xeque questões de cunho ideológico que permeiam a cultura e a memória, como se tratam as questões do racismo e do colonialismo em nosso país.

A subordinação da Arqueologia à sociedade ou, mais precisamente, ao Estado e aos grupos dominantes, torna-se clara na sua dependência, frente a estes, para a obtenção de verbas e do apoio institucional necessários à pesquisa arqueológica. Esta ligação entre Arqueologia e Política apresenta-se, contudo, sempre mediatizada. Não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que deem sustentação *científica* a essas pretensões. (FUNARI, 1988, p. 71, grifo do autor).

---

16 Em Bourdieu (1989) os diferentes universos simbólicos como mitos, língua, arte, ciência são agentes ativos na construção do conhecimento e do mundo dos objetos. Desta forma os "sistemas simbólicos" são estruturados ao mundo e tem *poder estruturante* nas concepções de tempo, realidade, espaço, número. Os símbolos são instrumentos da integração social, enquanto objetos de conhecimento e de comunicação, "eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição para a integração moral". (BOURDIEU, 1989, p.10, grifo nosso)

Assim as ações educativas revelam que seu papel político aliado à razão, igualmente política, da existência de escavações arqueológicas devem evidenciar as especificidades das múltiplas interfaces da sociedade com suas referências patrimoniais.

### 3 O CAIS DO VALONGO: APRENDENDO COM O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

As pesquisas, especificamente as arqueológicas, baseiam-se em um pensamento lógico com objetivos definidos antes mesmo da realização da prospecção inicial. Estes objetivos determinam qual será a metodologia de escavação adotada pelo arqueólogo durante seu trabalho no sítio e posteriormente no laboratório ao realizar as demais etapas da pesquisa, incluindo-se a análise de dados.

Atualmente as pesquisas arqueológicas podem ocorrer em campo acadêmico ou em projetos de licenciamento ambiental, cerca de 90% delas se referem ao segundo caso (CALLIPO, 2017). Existem cerca de 30 mil sítios arqueológicos catalogados (CALLIPO, 2017, p. 2) pelo IPHAN, órgão federal com a encargo constitucional de divulgar a existência de bens arqueológicos nos pareceres de impacto ambiental em processo de licenciamento.

Esta participação, fundamentada, dentre outros, no princípio da prevenção, precaução, soberania do interesse público e intervenção estatal obrigatória, basilares em matéria de direito ambiental, visa assegurar a identificação de sítios arqueológicos nas áreas impactadas pelos empreendimentos. A identificação deste tipo de bem cultural de natureza difusa, protegido por Lei Federal, ocorre em mais de 95% dos casos em que o órgão é instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental. (CALLIPO, 2017, p. 2).

Em 2010 quando do início das obras de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro de acordo com a Lei Federal nº 3.924/61 (BRASIL, 1961) e com o Decreto Municipal nº 22.872/2003 (RIO, 2003) foi recomendado pelo IPHAN o monitoramento arqueológico de toda a área do empreendimento do Projeto Porto Maravilha<sup>17</sup>. A equipe de arqueólogos contratada para realizar o monitoramento da obra foi composta por: Tania Andrade Lima<sup>18</sup>, Gláucia

---

17 Projeto desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na região portuária da cidade. Ver: RIO DE JANEIRO. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP. [Site Institucional]. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

18 Professora do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. E-mail: <[talima8@gmail.com](mailto:talima8@gmail.com)>.

Malerba Sene<sup>19</sup> e Marcos André Torres de Souza<sup>20</sup>. Os profissionais estavam cientes da existência das estruturas do Cais da Imperatriz, construído em 1843, no subsolo da atual Praça Jornal do Commercio, que pode ser vista na Imagem 1. Conforme indicado na placa presente no local, o Cais da Imperatriz resultou da ampliação e embelezamento do antigo Cais do Valongo, local de desembarque de centenas de milhares de africanos que chegaram ao Brasil para serem escravizados, para a chegada da princesa do Reino das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon. Desta forma, paralelamente ao monitoramento do empreendimento, os profissionais elaboraram um projeto acadêmico específico para encontrar o Cais do Valongo, por compreenderem seu inestimável valor histórico e cultural.

O Cais do Valongo fora acobertado pela realeza assim como a memória contida em suas estruturas e no entorno. A rua do Valongo passou a se chamar Rua da Imperatriz, o Cais do Valongo passou a ser Cais da Imperatriz, as evidências materiais foram soterradas, de forma que não restasse nada que lembrasse essa parte assustadora da nossa história. (LIMA, 2013).

Entretanto, a Arqueologia tem a responsabilidade de trazer à luz aquilo que se pretendeu enterrar no passado, servindo como antídoto a uma amnésia provocada pela seleção daquilo que se escolhe lembrar. Muitas das vezes essa decisão é alijada da participação daqueles que estão à margem, justamente, aqueles que, em geral, são os esquecidos da História (LIMA, 2013). Ao evidenciar o que está enterrado é possível reviver o passado e encontrar novas formas de lidar com ele e seus desdobramentos. Desenterrar o Cais do Valongo é valorizar não apenas a indiscutível importância histórica do local como também o significado simbólico deste espaço para população afro descendente.

---

19 Professora do Departamento de Arqueologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <gmalerba@hotmail.com>.

20 Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Email: <torresdesouza@yahoo.com>.

Imagem 1 - Coordenadas geográficas ao segundo mais próximo: LAT 22°53'49.03"S LON 43°11'14.62"



Fonte: (IPHAN, 2017, p. 20).

Carlos Eugenio Líbano Soares, em seu relatório de estágio de pós-doutoramento, apresentado em 2013, ao departamento de pós-graduação do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, evidencia a

importância de estudar a história da cidade do Rio de Janeiro a partir dos vestígios do Cais do Valongo e seu entorno<sup>21</sup>. Para o autor é uma forma de verificar as transformações sociais da época, visto que a zona portuária foi o principal alicerce da economia carioca naquele contexto (Imagem 2).

Imagem 2 - Plano da cidade do Rio de Janeiro, 1829. N. Whillock, Lithog. S.n.t. Litografia, Biblioteca Nacional – Seção De Cartografia in WALSH, reverendo. Notices of Brazil in 1828 and 1829. Londres, F. Wately, and A.H. Davis, 1830. WALSH, Robert. Notícias do Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/Edusp, 1985, Coleção Reconquista do Brasil, volume 74, p. 152



Fonte: (SOARES, 2013, p. 105).

Revela, em sua pesquisa, os diversos investimentos feitos por Dom João VI na região. O Valongo foi o resultado das reformas, iniciadas na década de 1760, quando a cidade se torna capital da América Portuguesa, almejando “melhorar” a região de comércio de africanos escravizados na Zona Portuária, para agradar a corte europeia e as elites, visto que a escravidão era insumo indispensável na economia da época.

Em 1779, quando o Vice Rei 2º Marquês do Lavradio passou o governo para Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, recomendou a transferência do comércio de africanos da Rua Direita (atual 1º de Março) localizada na zona

21 Na sua configuração original, a área onde se construiu o cais localizava-se numa pequena enseada na desembocadura do estreito vale entre os morros do Valongo<sup>1</sup> e do Livramento, também conhecida como Valonguinho, que era parte de uma enseada maior, protegida pelos morros do Livramento e Saúde, conhecida como Praia do Valongo. (IPHAN, 2016).

nobre da cidade, para o Valongo, na periferia (Imagem 3). A ponte de madeira que na década de 1720 já existia na praia do Valongo (SOARES, 2013), seria o único local permitido de desembarque dos africanos novos, como eram chamados os recém chegados. O decreto do Vice-Rei era o resultado de um pleito de mais de vinte anos, pois em 1758 o Senado da Câmara publicou um parecer que censurava o comércio de africanos dentro da cidade, sugerindo que deveriam ser removidos para um local com menor exposição e visibilidade, tanto porque a visão dos negros magros, doentes e seminus incomodavam a elite quanto por serem considerados portadores de doenças contagiosas. (LIMA, 2013).

Imagem 3 - Aquarela de autoria de Thomas Ender, 1817, intitulada “Cercanias de Val-Longo”. Em primeiro plano, a grande pedra da Prainha, derrubada poucos anos depois; e, mais adiante o pontal do Valongo. Acervo Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste, Viena



Fonte: (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 304).

Contudo, não se sabe ao certo quando o Cais do Valongo começou a funcionar como local de desembarque de africanos recém chegados ao Brasil. O primeiro documento oficial que cita o Cais do Valongo, data de 30 de maio de 1811, o qual menciona a construção de uma rampa e um cais de pedra na Praia do Valongo (LIMA, 2013). De qualquer forma, a Coroa e a elite da época depositaram investimentos no tráfico atlântico de africanos, pois:

O local de desembarque, somado ao lazareto, ao cemitério onde eram sepultados indignamente os que não resistiam as doenças, e ao mercado, local de venda, compuseram, à época, um bem articulado complexo destinado ao negócio da escravidão. (LIMA, 2013, p. 182).

Estes investimentos devem ser compreendidos no contexto das profundas mudanças que afetaram o tráfico de pessoas para a América Portuguesa após a chegada da família real. Em 1808 o tráfico estava em declínio no mundo ocidental. A Inglaterra tinha abolido o tráfico de africanos em 1807 e a França vivendo uma revolução, não mais os comprava, também em decorrência da revolução do Haiti em 1791 (SOARES, 2013). Sendo assim, o Brasil se tornou, neste período, o eixo do negócio no interior da África. O Cais do Valongo (Imagem 4) foi o único cais no mundo a ser construído exclusivamente para o tráfico (SOARES, 2013), transformando o Rio de Janeiro na cidade que mais recebeu africanos cativos nas Américas durante a Era da Diáspora atlântica (SOARES, 2013).

O Cais do Valongo era a conclusão de um processo lento de modernização da área portuária da cidade do Rio, que teve lugar no século XVIII, quando o ouro das minas financiava o crescimento da urbe. O mais antigo cais de pedra do Rio foi o cais dos mineiros, ou cais de Brás de Pina, erguido nas proximidades do trapiche da cidade em 1736. Como o próprio nome indica, ele era voltado para o embarque do ouro quintado (tributado) para o Reino, como o cais do Ouro na Bahia. Depois dele somente em 1783 o estado ergueria um cais de pedra, desta vez na frente do Largo do Paço, obra do Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcelos. E por fim o Cais do Valongo. Três cais de pedra que simbolizavam os três níveis daquela sociedade. Na concepção do antigo regime, adaptado aos trópicos, cada um deles serviu a determinado estado (estamento social): o Cais do Paço servia a aristocracia que assumia cargos no governo do Vice Reinado; o dos Mineiros servia aos livres, pobres ou não, mas sem nobreza, que faziam o comércio com o interior da colônia; e, por fim, o Valongo era o cais de um certo terceiro estado, a escravatura, indispensável para a economia do país. (SOARES, 2013, p. 20).

Durante toda a época da escravidão cerca de quatro milhões de africanos desembarcaram no Brasil, vindos dos mais diversos locais da África, sendo que dentre esses mais de dois milhões vieram para o sudeste Brasileiro. Estima-se que pelo menos um milhão tenha desembarcado no Rio de Janeiro<sup>22</sup> e, durante

---

22 BANCO DE DADOS DO TRÁFICO DE ESCRAVOS TRANSATLÂNTICO. [Site institucional]. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/voyage/search>>. Acesso em: 29 nov 2018.



o período de maior movimento entre 1821 a 1831, pelo menos 750 mil destes desembarcaram no Cais do Valongo, (IPHAN, 2016).

Entretanto em 7 de novembro 1831 o tráfico foi proibido, e o Valongo, na capital do Império, foi desativado juntamente com o Lazareto. O mercado negro do Valongo ficou esvaziado e o cemitério se tornou um obstáculo para o desenvolvimento da região. O Cais não mais recebeu, oficialmente, navios vindos do outro lado do Atlântico, somente aqueles de outras capitânicas, porém não é improvável que estes tenham disfarçado o tráfico atlântico clandestino.

Imagem 4 - Planta do Cais do Valongo, 1837. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A única planta encontrada do Cais do Valongo até o momento é posterior à interdição do comércio de africanos, datando de 1837



Fonte: (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 309).

Nos anos que se seguiram ao desmantelamento do mercado de escravos, o Cais do Valongo continuou funcionando normalmente, voltado para o fluxo de pessoas e mercadorias, até 1843. Nesse ano, por determinação de D. Pedro II, ele foi aterrado e sobre ele foi construído um novo atracadouro para receber a princesa do Reino das Duas Sicílias, que chegava então ao Brasil para seu casamento com o Imperador Pedro II.

O estudo arqueológico da região portuária do Rio de Janeiro traz à tona a possibilidade de reativação do caráter histórico da região. Como já mencionado no capítulo anterior, os artefatos arqueológicos têm o poder de expressar a materialidade cultural de grupos sociais, o que possibilita diferentes leituras da historiografia, oportunizando, a partir do Cais do Valongo, a renovação do conhecimento produzido acerca do tema do mercado da escravidão no Brasil e no Mundo. A região Portuária do Rio de Janeiro está diretamente ligada às populações de África e suas culturas, bem como à realidade vivenciada por cada indivíduo escravizado.

Neste sentido, enquanto profissional que acredita que a Sociomuseologia é a forma mais democrática de estruturação dos benefícios decorrentes da memória, adotamos a perspectiva da Arqueologia Pública, para analisar os estudos do Cais do Valongo por entender a importância da presença de uma ampla gama de agentes, práticas e usos sociais em relação a materialidade arqueológica, pois:

Esta linha de trabalho não se trata somente de produtos arqueológicos (programas educacionais, materiais de transferência, atividades museísticas, etc.) mas também sobre processos de negociação e criação de sentidos em torno da materialidade arqueológica. (SALERNO, 2012, p. 192, Tradução nossa).

Considera-se que a Arqueologia Pública adquire sentido em dois eixos: como espaço de interação da sociedade civil e/ou como parte da esfera do Estado. No primeiro caso, se tratando de um enfoque centrado na história dos espaços e esferas de debate e intercâmbio comunicacional. No segundo caso, a relação entre o público e o estatal que se organizou em vínculo com o estudo das políticas públicas, tratando ambos como espaços complementares no debate.

Esta mirada vai ao encontro do projeto desenvolvido para a escavação arqueológica da Região do Cais do Valongo. Como destacam os profissionais responsáveis pelo monitoramento e posteriormente pelo projeto desenvolvido para a escavação do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo:

Àquela altura não era possível saber se as reformas promovidas na região no início do século XX tinham destruído o Cais da Imperatriz. E se este, por sua vez, ao ser embelezado para receber a princesa Teresa Cristina, tinha eliminado o Cais do Valongo. O projeto, propondo-se a uma ação de resgate do que poderia ter restado tanto de um quanto de outro, tinha no entanto o Cais do Valongo como foco principal. Não se tratava, no caso, de privilegiar um momento histórico em detrimento de outro, mas sim que a realeza se fez suficientemente lembrar – e a coluna que celebra a chegada da Imperatriz Teresa Cristina Maria, até hoje no local, é um testemunho disso – enquanto os africanos que chegaram pelo Valongo para serem escravizados no Brasil foram esquecidos. (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 318).

Percebe-se o interesse em apresentar novas interpretações históricas para o local escavado, ao optar pela valorização de uma narrativa arqueológica voltada para uma perspectiva que privilegia a história da população afro descendente ao invés da historiografia colonial sobre a nobreza já consolidada. Essa decisão evidencia o processo de negociação e criação de sentidos em torno do patrimônio, conforme problematizado na Arqueologia Pública.

### **3.1 Escavação e Achados**

O acervo coletado no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo representa notável importância tanto pelo volume de material reunido – 1.200.000 peças – quanto por grande parte destes artefatos serem alusivos à diáspora africana. Na pesquisa foram indicadas duas áreas preponderantes de concentração de objetos, “[...] a primeira, localizada na borda lateral do Cais na Avenida Barão de Tefé, datada entre 1811 e 1843 e a 2-3m de profundidade; e a segunda localizada na parte frontal do Cais, datada do século XIX e a 2-6m de profundidade.”. (IPHAN, 2016, p. 66).

A escavação foi realizada dentro das possibilidades apresentadas no contexto do empreendimento, ou seja, monitorar o emergencial e aprofundar no que fosse possível (Imagem 5). Foi necessário conciliar as premissas científicas da investigação arqueológica ao apertado cronograma da obra e a escavar o que

fosse viável dentro das intervenções previstas para as duas pistas de rolamento que seriam abertas para a “instalação do novo sistema de drenagem de alta capacidade de escoamento de águas pluviais” (LIMA, SENE e SOUZA, 2016).

Imagem 5 - Exposição do calçamento do Cais do Valongo. Nas sondagens iniciais da Frente 2 não havia presença do calçamento do Cais da Imperatriz



Fonte: (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 328).

Cabe destacar que o local escolhido, aparente na Imagem 6, para a acomodação desta nova galeria:

Foi precisamente o do antigo canal natural de drenagem que serpenteava pelo talvegue entre os morros da Conceição e do Livramento, coletando as águas do interior e das vertentes das duas elevações e despejando-as no mar. Ou seja, o caminho natural das águas, que corresponde atualmente às ruas Camerino (antiga rua do Valongo, onde estava situado o mercado de escravos, posteriormente rua da Imperatriz), e seu prolongamento hoje em dia, a avenida Barão de Tefé. (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 318).

Imagem 6 - Escavação em área ampla, expondo a inclinação do calçamento em direção à canaleta de escoamento de águas pluviais e em direção ao mar



Fonte: (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 330).

Quando a equipe arqueológica foi autorizada a iniciar o trabalho já havia sido removida a cobertura asfáltica de uma área de 11,50 x 5,10 m, escavada mecanicamente a uma profundidade de 1,40m. A partir daí a abertura foi aprofundada, quando a 1,85m foram encontrados os primeiros vestígios do Cais da Imperatriz. (LIMA; SENE; SOUZA, 2016).

Durante a pesquisa foram escavados 110 setores e 6 trincheiras (Imagem 7), e realizado o monitoramento em toda extensão da Praça Jornal do Comércio; o sítio arqueológico do Cais do Valongo (Imagem 8) compõe uma área total de 2.545,98 m<sup>2</sup> (IPHAN, 2016). A escavação alcançou proficuamente seus objetivos, localizando as estruturas do Cais da Imperatriz, do Cais do Valongo e outras potencialmente relacionadas, sendo denominados superartefatos<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Termo que se refere às dimensões do artefato, cunhado por Handsman e Leoni (1995 *apud* IPHAN, 2016, p. 43).

Imagem 7 - Exposição ampla do calçamento do Cais do Valongo, correspondendo às Frentes 2 e 3. Ao fundo, uma das “ilhas” remanescentes do Cais da Imperatriz, com a superfície de paralelos cortada em diagonal, encontrada logo no início da escavação da Frente 2



Fonte: (LIMA; SENE; SOUZA, 2016, p. 336).

Imagem 8 - Sítio Arqueológico do Cais do Valongo



Fonte: (RIO, 2018). Foto: Bruno Bartholini

A escavação também foi muito frutífera com relação aos artefatos móveis. Dentre as 1.200.000 peças, com a predominância de artefatos concernentes a diáspora africana, destacam-se os artefatos utilizados para proteção contra todo tipo de mal:

Trata-se de contas, figas, crucifixos, chifres, garras, conchas (búzios), cristais, anéis de fibra vegetal, objetos metálicos como brincos e pulseiras, além de peças, que provenientes da classe dominante, foram reutilizadas e resignificadas. Esses artefatos demonstram as crenças e estratégias dos escravos do Valongo ao lidar com uma situação de opressão, desespero e esperanças. (IPHAN, 2016, p. 67).

Em meio ao universo de possibilidades apresentados por este acervo, foram selecionadas duas categorias principais para representarem a coleção neste trabalho, sendo elas: contas (miçangas) e objetos metálicos, como pode ser observado nas Imagens 9, 10 e 11. Estas categorias foram elencadas por revelarem maior quantidade de estudos, dentro e fora das análises realizadas nesta escavação, e por sua relevância simbólica, histórica e cultural para a população afro descendente. Por meio destas, pretende-se abordar ligeiramente o contexto cultural e histórico deste período, tratando de objetos que se relacionam com a parcela da população historicamente prejudicada pela escassez de registros escritos e materiais preservados.

Cabe ainda ressaltar que o distanciamento entre os estudos arqueológicos e o fazer museal afeta, primordialmente, a pesquisa dos objetos que, não raramente, é insuficiente para sua plena socialização. Ou seja, é necessário adentrar as minúcias das características dos objetos para que seja possível evidenciar as nuances culturais que compõem a diversidade brasileira. Nesse sentido, aliar as análises arqueológicas dos artefatos à metodologia de pesquisa, conservação e difusão da museologia pode contribuir para o alargamento dos conhecimentos acerca das culturas.

Não se trata, portanto, de hierarquizar os artefatos em categorias de importância, mas de investigar, através deles, contextos sociais e culturais vivenciados e transpostos pelos objetos em sua composição material, simbólica e histórica, compreendendo que os mesmos representam uma estrela na constelação do acervo, e ainda, no universo da cultura correspondente, pois são parte integrante de um sistema muito maior.

Imagem 9 - Miçangas e adornos em diferentes materiais, formas e cores, recuperadas no Sítio do Cais do Valongo



Fonte: (LIMA, 2014 *apud* IPHAN, 2016, p. 245). Foto: Tania Andrade Lima

Imagem 10 - Caixa de metal com tampa articulada, decorada com desenhos geométricos e uma cena com um barco a vela, contendo miçangas de 1,200 mm de tamanho, recuperado no sítio do Cais do Valongo



Fonte: (LIMA, 2014 *apud* IPHAN, 2016, p.246). Foto: Tania Andrade Lima.

Imagem 11 - Braceletes e anéis (esquerda) de cobre e um brinco com uma figa de cobre (direita) recuperados no Sítio do Cais do Valongo



Fonte: (LIMA, 2014 *apud* IPHAN, 2016, p.255). Foto: Tania Andrade Lima



Para selecionar os objetos, dentro das possibilidades de pesquisa acerca da coleção do Valongo, entendeu-se esta oportunidade como forma de possibilitar a pesquisa museológica, considerando-a como uma etapa basilar para a difusão de informações sobre o assunto em quaisquer meios comunicacionais, desde os museus, instituições de pesquisa e de memória, meio científico, escolar, oral e através dos meios digitais.

### **3.1.1 As contas de vidro – Sítio Arqueológico do Cais do Valongo/ RJ**

Ao selecionar esta parcela da coleção para ser evidenciada, considera-se as possibilidades ampliadas de acesso a produções científicas e acadêmicas da área e o interesse pelas leituras de mundo possibilitadas pelo material. As contas de vidro são, historicamente, testemunhos importantes das redes de intercâmbio entre os diferentes povos da Europa, África e Oriente, pois sempre mantiveram uma relação estreita com o comércio de longa distância por serem fáceis de transportar. Representam alto valor subjetivo em sua utilização na decoração corporal, pois denotam a capacidade aquisitiva do usuário ao adquirir produtos de materiais exóticos, raros ou de difícil acesso (LAGROU, 2013). Como analisa a autora Els Lagrou:

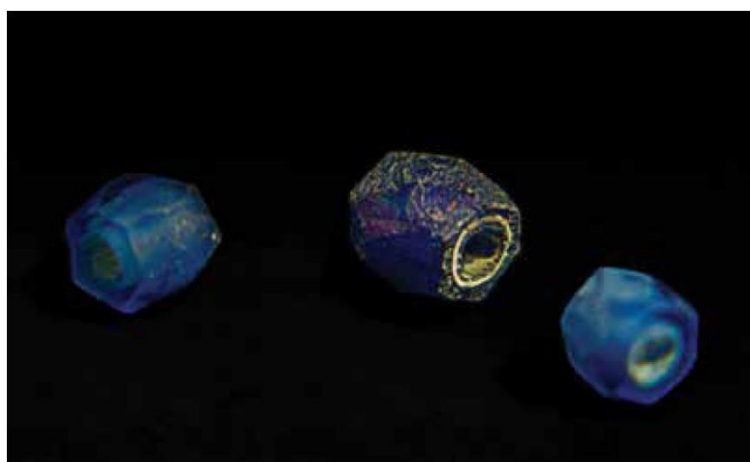
O mapa da circulação antiga de contas, tanto no Velho quanto no Novo Mundo, aponta para a importância dos materiais preciosos e raros: âmbar, pedras preciosas e ouro para o Velho Mundo; as conchas de Espíndola vermelho, turquesa, prata e ouro no Novo Mundo. A invenção das contas de vidro, e, antes delas, da faiança (um precursor do vidro, feito com uma cerâmica com alta concentração de quartzo que produz um brilho colorido), facilitará enormemente o acesso à matéria-prima para a produção das contas, possibilitando assim sua produção em massa. A faiança e o vidro representavam uma alternativa atrativa às pedras originais, por apresentarem qualidades próximas àquelas, como a resistência, a durabilidade, o brilho e o colorido forte; estas qualidades eram muito apreciadas nas contas por muitos povos no mundo. [...] Estima-se que as contas de faiança (faience) foram inventadas no Egito ou na Mesopotâmia em torno de 4000 A. C. (Dubin, 1987: 43). As contas de vidro aparecem mais ou menos simultaneamente na Ásia Ocidental, na região do Cáucaso, na Mesopotâmia e no Egito, em torno de 2340 A. C. (ibidem: 38, 43). Mas é no Egito que, em torno de 1350 A. C., funcionou durante o chamado Novo Reinado a primeira fábrica de produção de contas de vidro em grande quantidade, patrocinado pelos faraós para seu consumo e o da corte. De material exótico, o vidro se torna, no entanto, rapidamente acessível para o povo comum com certo poder aquisitivo. (LAGROU, 2013, p. 24).

No contexto da diáspora africana no Brasil, as contas adquiriram um valor simbólico ligado aos contextos religiosos e rituais, e representam um elo de ligação com o mundo espiritual (LAGROU, 2013, p. 44). Compreende-se que as relações geradas pelas contas ao longo do tempo, exemplificam bem o liame entre artefatos e indivíduos, sendo um exemplo de como o objeto opera e de como ele pode ser lido como extensão da relação entre pessoas.

No contexto arqueológico, é um material recorrente em diversas escavações entre Estados Unidos, Caribe e Brasil, desta forma faz-se necessário a pesquisa para levantamento e cruzamento de dados relativos à tecnologia, produção, consumo e significados das contas e miçangas nos diversos contextos culturais. (LIMA; SALUM, 2017).

No sítio arqueológico do Cais do Valongo foram coletadas cerca de 2.000 contas de materiais variados, sendo predominantes as contas fabricadas com vidro europeu. São numerosas, também, as contas de semente, cerâmica, madeira, âmbar, corais, conchas e minerais (IPHAN, 2016). Esta coleção é composta em sua maioria por contas de coloração azul (Figura 12), seguidas pelas de coloração branca, fato que segundo Lima (2014 *apud*. IPHAN, 2016, p. 246) pode ser interpretado pelas questões sociais e culturais diversas de cada população diaspórica.

Imagem 12 - Contas Facetadas em Azul – Cais 1 Trincheira 12 2/3.



Fonte: (IPHAN, 2016, p. 69). Foto: João Maurício Bragança, 2014.

As Imagens da coleção foram produzidas através do trabalho curatorial realizado pelo Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, contratado para esta

função pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro representada pelo Instituto Rio de Patrimônio da Humanidade. (IPHAN, 2016).

### 3.1.2 Objetos de Metais não ferrosos

A escolha dos objetos metálicos da coleção do Cais do Valongo surge, igualmente, do interesse pelo complexo sistema cultural exposto por este acervo e também pelo interesse acerca dos valiosos estudos sobre as Joias de Crioula<sup>24</sup> desenvolvidos no Brasil (Imagem 13). A falta de acesso às informações acerca do quantitativo do acervo de objetos metálicos, impede de mensurar a dimensão desta categoria material para a coleção do Valongo, porém não impede de verificar sua importância para a construção histórica.

De acordo com Tania Lima (2014 *apud* IPHAN, 2016, p. 253): “[...] vários amuletos de cobre foram encontrados no sítio do Cais do Valongo, incluindo moedas perfuradas, pulseiras, brincos e pingentes, oferecendo possíveis evidências da continuação da tradição africana multissecular de usar cobre para proteger o corpo.”, verificando-se ainda que o desenvolvimento da metalurgia esteve presente na construção cultural histórica das populações de África.

Lima (2014 *apud* IPHAN, 2016, p. 254-255), aborda algumas das particularidades das moedas de cobre coletadas:

Dezenas de moedas de diferentes denominações foram recuperadas no sítio do Valongo, a maioria delas de cobre, diversas com perfurações, e a maioria datada da primeira metade do século XIX. As perfuradas para suspensão eram comumente usadas como amuletos. O mesmo uso pode ter sido dado para as moedas inalteradas, julgando pela ocorrência já documentada em outros sítios arqueológicos, na literatura especializada e em coleções museais, pela forte característica simbólica associada ao cobre como um elemento protetor (LIMA, 2014, *apud* IPHAN, 2016, p. 254, tradução nossa).

---

24 Ressalto que nesta pesquisa o termo “jóias de crioulas afro-brasileiras” designam peças confeccionadas nos séculos XVIII e XIX no qual consistem em uma coleção de peças compostas por: “[...] colares, braceletes, pulseiras, brincos, anéis, penca de balangandãs entre outros objetos de adorno corporal direcionado exclusivamente para as mulheres africanas, mulatas ou crioulas no Brasil, sob a condição de escravizadas, alforriadas ou libertas.”. Este conceito está embasado de acordo com os estudos do antropólogo Raul Lody conforme a antiga grafia. (TEIXEIRA, 2013, p. 13).

Outros objetos, como brincos, braceletes, colares, anéis em cobre foram encontrados; destes podem se depreender os mesmos sentidos adotados para compreender as moedas (Imagem 14). Ao incorporar a perspectiva das joias de crioula, abordada por Amanda G. Teixeira (2013), percebemos que além de ser utilizado como amuleto, o cobre também fez parte do cenário estético das populações durante dos séculos XVIII e XIX, tendo como principal característica seu caráter revolucionário frente às limitações na sociabilidade da população negra da época:

Estes adornos diferem das joias usadas pelas senhoras brancas quanto à dimensão, ao peso, a qualidade do material, ao formato e a decoração, pois são joias de grandes proporções, embora geralmente sejam ocas, além de serem profusamente decoradas e usadas em quantidade pelas suas portadoras (Fig.1). Podemos destacá-las como uma das diversas formas de subversão, haja vista que a rebeldia dos escravizados não se estabeleceu exclusivamente de grandes atos coletivos, mas também de pequenas e cotidianas resistências. (TEIXEIRA, 2013, p. 13).

Imagem 13 - Brinco em metal com figa. IPHAN, Rio de Janeiro.



Fonte: (IPHAN, 2016, p. 77). Foto: João Maurício Bragança.

Imagem 14 - Um brinco de cobre de meia lua recuperado no Sítio do Cais do Valongo (esquerda). Excerto de uma gravura de Jean-Baptiste Debret, datada entre 1817 e 1829, mostrando uma mulher moçambicana escravizada, usando um brinco idêntico (direita)



Fonte: (LIMA, 2014 *apud* IPHAN, 2016, p.256). Foto: Tania Andrade Lima

É importante salientar que as informações aqui disponibilizadas são resultantes de pesquisa realizada essencialmente sobre materiais disponíveis online. Não foi possível ter acesso a informações mais detalhadas sobre o estado de conservação, acondicionamento, catalogação, inventário ou localização e outras informações referentes as peças do acervo.

As demais informações acerca da coleção de artefatos móveis e do sítio arqueológico do Cais do Valongo encontram-se em processo de pesquisa por parte de pesquisadores envolvidos com a temática de bens materiais resultantes da diáspora africana, também voltados à construção histórica das contas e do próprio sítio, como já dito, que representa valor inestimável, para viabilizar uma revisão mais apurada das construções históricas acerca da temática da diáspora africana e suas consequências no mundo contemporâneo Ocidental.

### 3.2 A patrimonialização e o processo de reconhecimento pela UNESCO

Nesta etapa cabe ressaltar alguns pontos importantes na compreensão do processo de patrimonialização de um sítio arqueológico com a magnitude representativa do Cais do Valongo. Como já mencionado no início deste capítulo, o patrimônio arqueológico é considerado um bem inalienável da nação, protegido por lei e gerenciado através das premissas de proteção ambiental, sendo trabalho obrigatório em empreendimentos que demandem a exposição de grande área em locais de relevância histórica.

Assim é primordial compreender o significado do patrimônio arqueológico de acordo com os ideais que representam o estudo do patrimônio e dos postulados da arqueologia.

De acordo com Possamai (1999) as noções de patrimônio estão sendo discutidas em dois grandes aspectos que se relacionam entre si, o primeiro diz respeito a discussão de patrimônio enquanto encargo do Estado, de criar políticas públicas de preservação e difusão através de ações realizadas para fortalecimento de identidades e valorização da cultura. O segundo diz respeito às problematizações filosóficas em torno do assunto, para compreender o que se entende por patrimônio nos diferentes contextos sócio-culturais.

Estes enfoques tratam de questões concernentes ao patrimônio em perspectivas complementares e que objetivam o mesmo fim: a valorização, difusão e preservação dos bens patrimoniais. Neste sentido a patrimonialização de um sítio arqueológico suscita o debate em ambas esferas, abarcando as políticas públicas destinadas a estes acervos e as negociações de sentidos e significados atribuídos a cada bem patrimonial revelado.

É necessário compreender, ainda, que na medida em que a Arqueologia (FUNARI, 1988) representa uma disciplina científica, reporta-se a lugares institucionais de pesquisa que controlam o que deve ou não ser pesquisado, o acesso aos sítios arqueológicos, ao material armazenado, as verbas de pesquisa, aos cargos acadêmicos e aos meios de informação científica encarregados de divulgar os resultados do estudo arqueológico, ou seja, a arqueologia obedece à um meio consolidado que possui pressupostos dos quais não pode abrir mão.

Essa realidade fica mais evidente quando analisamos as premissas legais do endosso institucional, concedido pelas instituições de memória para realização das escavações arqueológicas e também através das políticas de tombamento, e etc. Ainda que, com certas limitações legais no que concerne a prática da Arqueologia, as conjecturas oriundas das reflexões acerca do bem patrimonial, em si, não necessariamente, são afetadas. Isso significa que a Arqueologia, mesmo que legalmente dependente de certas autorizações representa uma via importante de debate e produção de sentidos para a sociedade.

Com isso em mente, destacamos o processo de consolidação do Cais do Valongo enquanto patrimônio da Humanidade, título conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO<sup>25</sup>, aos bens patrimoniais de grande relevância histórica, cultural e social que atendam às exigências estabelecidas pela organização. Ao ser intitulado como Patrimônio da Humanidade o bem passa a pertencer a toda a população mundial, como representação de algo comum a todos.

Em janeiro de 2016 foi encaminhada à UNESCO a Proposta de Inscrição do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo na Lista de Patrimônio da Humanidade, ocasião na qual foi produzido pelo IPHAN um dossiê contendo informações de revelam o valor simbólico, histórico, cultural e social do Sítio. A produção deste documento foi realizada coletivamente, envolvendo os estudiosos do patrimônio, órgãos estatais responsáveis e comunidade interessada pela representatividade do local.

Cabe ainda ressaltar que o contexto em que se desenrolaram as pesquisas no Valongo e a inscrição na lista de Patrimônio Humanidade, foi marcado pela criação do Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana (Imagem 15). Motivado pelos achados no Cais do Valongo foi estabelecido o Decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro de 2011, pela então Subsecretaria do Patrimônio Cultural, atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, na Semana da Consciência Negra daquele ano, “para construir coletivamente diretrizes para implementação de políticas de

---

25 UNESCO. Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural 1972. **[Site Institucional]** Disponível em: <<https://en.unesco.org/>>. Acesso em: 29 nov 2018.

valorização da memória e proteção deste patrimônio cultural”<sup>26</sup>. Ainda nesse contexto, em agosto de 2012, foi realizado em Brasília o Seminário Internacional “Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e a escravidão”<sup>27</sup>, fruto do projeto internacional “Rota do Escravo”<sup>28</sup>, criado em 1994 pela Unesco, promovido pela Fundação Palmares e Unesco, ocasião em que foi solicitada a candidatura a Patrimônio da Humanidade (LIMA, 2013).

Imagem 15 - Cais do Valongo passou a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, que estabelece marcos da cultura afro-brasileira na Região Portuária



Fonte: (RIO, 2018).

A participação da população afro descendente na apropriação e ressignificação do espaço deste bem patrimonial é essencial e insubstituível. É

26 Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico de celebração da Herança Africana. RIO DE JANEIRO. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP. [Site Institucional]. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/circuito/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

27 Seminário da Fundação Cultural Palmares e da UNESCO. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. [Site Institucional]. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=22661>>. Acesso em: 29 nov 2018.

28 O Projeto Rota do Escravo é voltado a “contribuir para uma revisão da história da escravatura e do tráfico de escravos no mundo, no quadro dos valores da UNESCO.”. A ROTA DO ESCRAVO. [Site Institucional]. Disponível em: <[https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rotadoescravo/?page\\_id=22](https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rotadoescravo/?page_id=22)>. Acesso em: 29 nov 2018.



necessário que a voz e a vez estejam a disposição das populações que não tiveram seu direito de fala garantido, pois:

Para que uma candidatura a patrimônio da humanidade tenha mais chance de ser aceita, os postulantes devem sair das escalas locais e nacionais da história e ingressar na “instância do mundo inteiro e do horizonte humano em geral” (Fabre, 2009, p. 45, tradução nossa). O cais não é mais apenas uma referência em termos de ancestralidade afro-brasileira. Sua importância se transnacionaliza e ele se torna o mais eloquente símbolo do tráfico transatlântico de escravizados fora da África. (VASSALO; CICALO, 2015, p. 254).

Assim em julho de 2017<sup>29</sup>, o sítio Arqueológico do Cais do Valongo entrou para a lista de Patrimônio da Humanidade, como salienta a pesquisadora Renata Jardim Quadros (2017):

O sítio do Cais do Valongo e sua zona de amortecimento entraram para a lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, uma vitória para a memória da diáspora africana. Hoje projetos se dedicam à preservação dessa memória e institutos e museus foram e estão sendo criados. O engajamento e a participação ativa da comunidade local na preservação dessas práticas culturais são a chave para a verdadeira preservação desse enorme patrimônio material e imaterial que vai muito além da janela arqueológica do Cais do Valongo. (QUADROS, 2017, p. 12).

Pode-se observar que a rearticulação do movimento negro, a partir da redemocratização do país (pós-ditadura), oportunizou o crescimento das críticas a democracia racial, dando espaço às lutas pelos direitos diferenciais das populações afro-brasileiras, alcançando, a partir dos anos 2000, o desenvolvimento de uma série de ações afirmativas em favor da população negra no Brasil. Desta forma não podemos considerar que o achado do Cais do Valongo, sua patrimonialização e inclusão na Lista de Patrimônio da Humanidade se deu de forma isolada. Esses acontecimentos fazem parte do atual contexto sócio-político brasileiro onde o crescente reconhecimento e valorização da diversidade tem favorecido a luta pelo enfrentamento as desigualdades étnico-raciais.

Ao compreender a relevância histórica, cultural, social e política do Cais do Valongo é possível ingressar na luta pela sua maior difusão e valorização

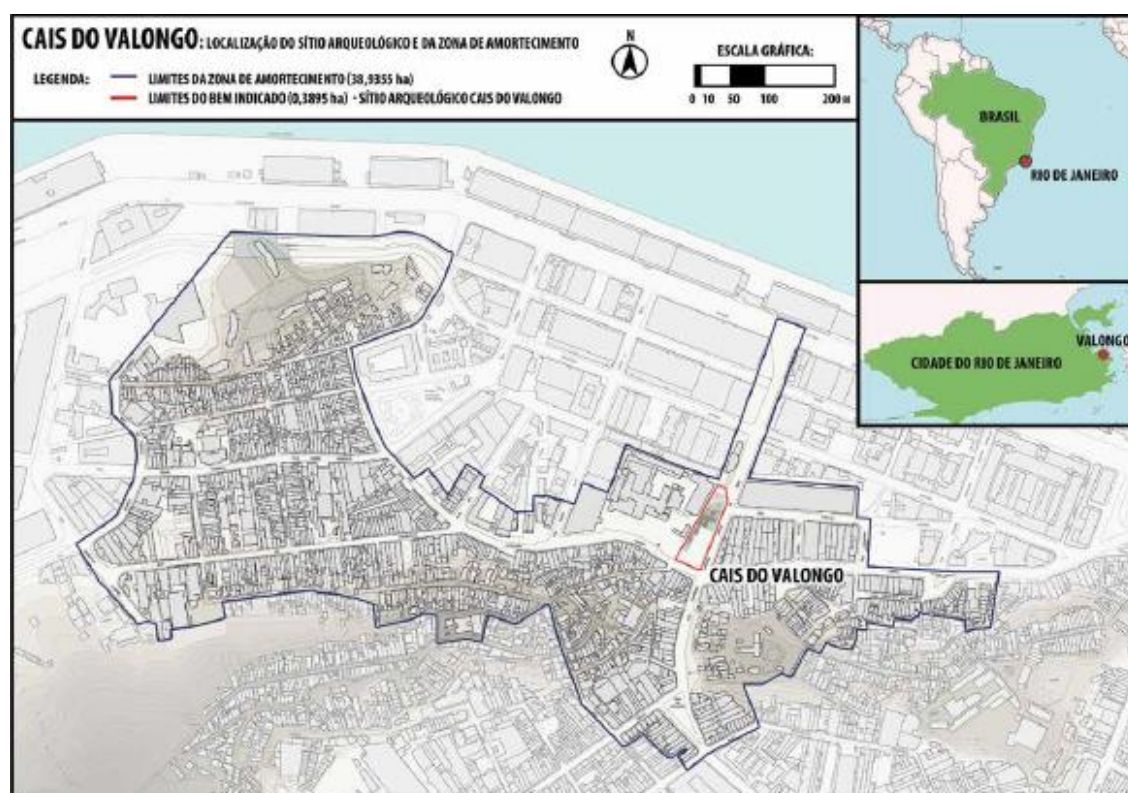
---

29 IPHAN. **Cais do Valongo (RJ) ganha título de Patrimônio Mundial**. [Site Institucional – Sessão Notícias]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4188/cais-do-valongo-rj-pode-se-tornar-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 29 nov 2018.

dentro e fora do país. Para isso é preciso contar com as instituições responsáveis pela sua salvaguarda e pesquisa. A salvaguarda do material arqueológico móvel do Valongo está sob responsabilidade do IRPH, como já mencionado, porém atualmente a pesquisa do material não está sendo aberta ao público interessado, prova disso é o áudio, recebido como resposta a nossa pesquisa, de Gláucia Sene<sup>30</sup>, uma das arqueólogas que trabalhou no empreendimento, em que a pesquisadora relata a impossibilidade de ter acesso à coleção para pesquisa ou qualquer outro fim, e relata sua luta burocrática frente ao IPHAN para poder pesquisar a coleção (sic).

De toda forma o sítio arqueológico do Cais do Valongo recebeu o título de patrimônio da Humanidade e tem a potencialidade de suscitar diversos debates, tendo como cenário a maior prova material acerca da diáspora africana e da escravização de africanos pela Europa. (IMAGEM 16)

Imagem 16 - Cais do Valongo e sua Zona de Amortecimento, listados na Lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, 2017.



Fonte: (IPHAN, 2016, p. 14).

<sup>30</sup> SENE, Gláucia. [Mensagem de áudio via WhatsApp]. Destinatário: Jeanne Laborido. Rio de Janeiro, 28 out 2018. 1 áudio.

#### 4 A TECNOLOGIA EM FAVOR DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Neste capítulo será abordada a elaboração do esboço de uma plataforma de armazenamento e disseminação de informações acerca do patrimônio arqueológico para beneficiar as atividades de educação patrimonial, que se dará, futuramente, na forma de um aplicativo de celular, com a finalidade de facilitar o acesso e a difusão do conhecimento produzido no âmbito científico e para que possa ser disseminado ao público em geral. O esboço elaborado tem a intencionalidade de ser um dos componentes de um ambiente onde ocorra o entrelaçamento dos campos da Museologia e da Arqueologia, como formas distintas de produção de conhecimento acerca do patrimônio arqueológico, e que seja voltado para a Educação Patrimonial. A interação gerada pelo aplicativo pode proporcionar novas possibilidades para a apropriação dos conhecimentos e geração de novos sentidos e significados sobre os bens arqueológicos nos espaços formais e informais de ensino.

É possível verificar a efetividade de ações educativas no meio digital a partir da experiência com Podcasts<sup>31</sup> escolares relatada por Eugênio Paccelli Aguiar Freire (2015):

A investigação das relações produtivas dadas no âmbito da *podosfera* nacional levou a constatação de que há uma consonância entre o exercício de uma significativa parcela desse universo tecnológico e a cooperação [...] isso ocorreu porque a *podosfera* nacional demonstrou a possibilidade de um modo de produção pautado na ação em conjunto de sujeitos motivados pelo interesse afetivo/cognitivo por temas pelos quais possuem apreço em comum. A partir disso, percebeu-se que se desenvolve naquele cenário uma atmosfera fraterna [...] na qual o trabalho consiste na ação educativa de indivíduos que, ao agir coletivamente e de modo espontâneo, aprendem em conjunto a partir de uma ação marcada pela liberdade. (Grifo do autor) (FREIRE, 2015 p. 1051).

Para a construção deste esboço foi realizada uma pesquisa de público, através de um questionário, aplicado pelo *Google Forms*, elaborado para compreender o conhecimento dos usuários com relação à Arqueologia,

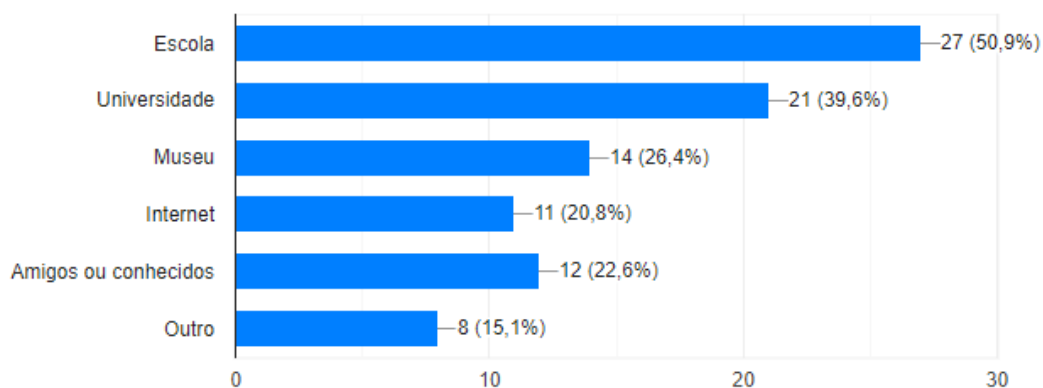
---

31 “A tecnologia Podcast trata-se de um processo mediático que emerge a partir da publicação de arquivos áudio na internet.”. (PRIMO, 2005, p. 17 *apud* FREIRE, 2015, p. 1038).

enquanto área de conhecimento, seu interesse pelos acervos arqueológicos e pela utilização de um aplicativo de celular voltado para esta temática. Dos 54 participantes da pesquisa, 46,3% deles têm entre 22 e 30 anos, 24,1% entre 31 e 40 anos, 20,4% mais de 40 anos, e somente 9,3% deles tem até 21 anos. Neste público a grande maioria (53,7%) possui ensino superior completo, 31,5% ensino superior incompleto, 13% ensino médio completo, e apenas 1,9% o ensino médio incompleto. A maioria dos participantes possui renda de 1 a 3 salários mínimos (40,7%), 31,5% deles ganham menos que um salário mínimo, 20,4% com renda entre 3 e 6 salários mínimos e apenas 7,4% possui renda igual ou superior a 7 salários mínimos. Cabe salientar que a pesquisa se deu através de uma rede social (*Facebook*), e ao constatar que a grande maioria dos participantes são jovens com menos de 40 anos, vemos que as redes sociais são um local de compartilhamento de conhecimento e informações pelo público jovem.

Os resultados obtidos através do questionário foram significativos no sentido de compreender que 98,1% do público participante da pesquisa sabe o que é Arqueologia e consideram importante aprender sobre a matéria na escola. Os que desconheciam responderam ter interesse em conhecer. Ao serem questionados sobre os locais em que aprenderam sobre o tema 50,9% responderam que foi no ambiente escolar (Gráfico 1) considerando que poderiam marcar mais de uma opção. Quando questionados sobre o acesso a exposições arqueológicas 72,2% dos participantes responderam que já visitaram exposições de arqueologia, e destes 97,5% iriam novamente, o restante dos participantes que nunca visitaram este tipo de exposição (27,8%) responderam ter interesse.

Gráfico 1 - Onde aprendeu sobre Arqueologia

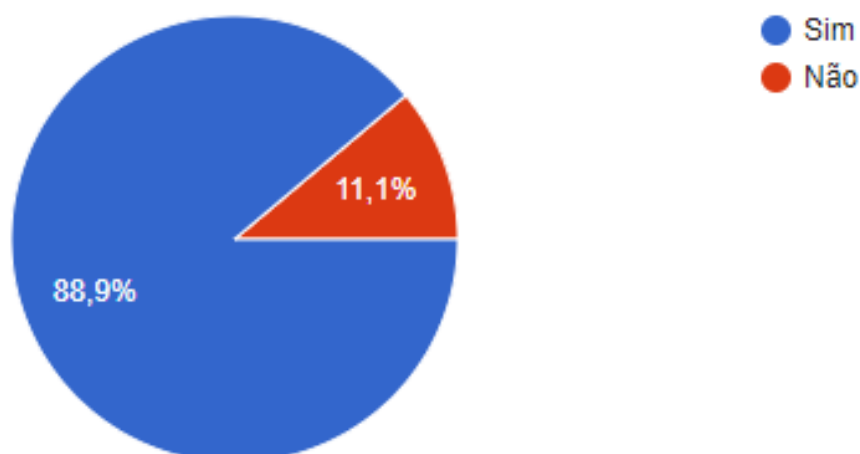


Fonte: Da autora.

Ou seja, existe interesse por parte do público em geral em conhecer e visitar exposições com conteúdo arqueológico, o que corrobora a necessidade de pensar em estratégias expositivas e educativas com a intenção de disseminar a maior quantidade de informações de qualidade sobre o tema. Ao considerar o público participante desta pesquisa vemos que devemos pensar nessas alternativas de forma participativa, para investigar quais são os temas de interesse e que despertam a curiosidade dos indivíduos, pensando no benefício e a favor do desenvolvimento das localidades a que pertencem.

Quando adentramos na questão do interesse pelo aplicativo de celular para acessar as coleções, 88,9% dos participantes se manifestaram favoráveis (Gráfico 2). Essa informação torna-se valiosa no momento do desenvolvimento da plataforma, pois vemos que existe o interesse na participação da construção e na utilização do meio digital para acessar conteúdos educativos e informativos.

Gráfico 2 Gostaria de ter acesso aos acervos arqueológicos por um aplicativo de celular



Fonte: Da autora.

Através desta pesquisa pudemos verificar que o perfil do público participante é de jovens, universitários, considerando que o questionário foi disponibilizado através de uma rede social (*Facebook*), houve participações a nível nacional e das mais diversas áreas do conhecimento, evidenciando a ampla gama de interessados pela Educação Patrimonial, Arqueologia e Patrimônio.

Também foram pesquisados sites na internet onde os bens patrimoniais brasileiros estivessem organizados com a finalidade de disseminação do conhecimento produzido e também como espaço de educação patrimonial, priorizando os sites voltados ao patrimônio arqueológico ou com informações a

respeito desta categoria. Nesta pesquisa destacaram-se o portal Infopatrimônio: preservação do patrimônio cultural brasileiro (beta)<sup>32</sup> e o Acervo Multimídia de Arqueologia e Antropologia<sup>33</sup> (AMAA), ambos contendo informações sobre o patrimônio arqueológico, porém com enfoques distintos, sendo o primeiro focado no sítio geograficamente localizado e o segundo aprofundando a relação com as peças do acervo arqueológico. A seguir aprofundaremos a análise acerca de cada um dos portais para, por fim, obter um arcabouço maior para a construção do desenho do aplicativo proposto.

A plataforma Infopatrimônio tem como finalidade sinalizar a localização geográfica dos bens patrimoniais no território brasileiro, bens materiais e imateriais, como edificações históricas, monumentos, etc. sendo a maior parte da região sudeste do Brasil, na qual foi catalogado apenas um sítio arqueológico<sup>34</sup>.

O site utiliza um mapa no qual estão demarcados os pontos onde se situa cada bem patrimonial, em cada ponto demarcado no mapa existe um link que direciona para a página de conteúdo do site, em que constam as informações do bem pesquisado. No tocante ao mapa as informações são organizadas em categorias relativas a geografia e geolocalização, com as seguintes nomenclaturas: edificações, terreno, áreas protegidas, topografia e satélite. Sobre o Sítio Arqueológico Ermida de Santo Antonio de Guaíbe, que está mapeado, é possível ter acesso às informações relativas ao órgão responsável, o nome atribuído ao sítio, sua localização, o número do processo de tombamento, que contém um link para o processo digitalizado na íntegra, a data da resolução de tombamento, e sua publicação do Diário Oficial, também com link para documento do diário oficial digitalizado, o número de inscrição no Livro

---

32 O portal é uma iniciativa de profissionais interessados no patrimônio. INFOPATRIMÔNIO: preservação do patrimônio cultural brasileiro (beta). **[Realidade Virtual]**. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?cat=17#!/map=38336>>. Acesso em: 01 jun 2018.

33 AMMA é uma iniciativa da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). AMMA: Acervo Multimídia de Arqueologia e Antropologia. **[Site Projeto]**. Disponível em: <<http://www.amaacervos.com.br/>>. Acesso em: 29 nov 2018

34 Sítio Arqueológico Ermida de Santo Antônio de Guaíbe, localizado em Guarujá/SP, está geolocalizado pelo Infopatrimônio. INFOPATRIMÔNIO: preservação do patrimônio cultural brasileiro (beta). **[Realidade Virtual]**. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/?cat=12#!/map=38329&loc=-23.859582170000017,-46.13528343999999,17>>. Acesso em: 19 nov 2018.

do Tombo Histórico<sup>35</sup>, uma breve descrição do aspecto histórico do sítio, uma foto parcial do sítio e outras três fotos de satélite que apresentam o local, além das informações geográficas fornecidas pelo mapa. A ferramenta de busca se dá através de links de categorias chave como: arqueológico e natural ou através do nome do órgão responsável pela salvaguarda do bem, como: Condephaat – SP, Dphc – AC, etc.

O AMAA, autodenominado repositório de narrativas materiais, apresenta um layout com cinco ícones de busca, dentro o ícone Acervos se encontra a categoria Arqueológico, em que são apresentadas peças do acervo da região estudada até então, com uma foto da peça, suas dimensões em escala, nome atribuído ao artefato, uma breve descrição e a opção “ver mais”. Ao acessar a opção “ver mais”, é apresentada a ficha de inventário da peça com o número do registro de inventário, outros números, situação, denominação, atribuição, resumo descritivo, dimensões, material/técnica, procedência, data de produção/datação, referência bibliográfica e outras fotos da peça. Existe, também, a possibilidade de busca direta através de palavras-chaves inseridas no campo “buscar”.

Ambas as plataformas têm impacto significativo no trabalho de disseminação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico, pois são ferramentas que possibilitam o acesso remoto à sítios e coleções arqueológicas permitindo a sua utilização na educação patrimonial e para fins recreativos. Porém, ao analisar mais profundamente as bases de dados de ambas as plataformas, observa-se a ausência das informações museológicas das coleções e sítios, ou seja, a instituição de memória responsável pela salvaguarda das peças que compõem cada coleção, realizou um trabalho parcial de comunicação museológica. Esta constatação se deu a partir da observação de Bruno (2014), onde reflete sobre as ações definidoras da vocação social da museologia no que tange à educação para a memória e o patrimônio:

---

35 Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis e móveis. IPHAN. Livro Tombo. **[Site Institucional]**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso em: 29 nov 2018.

Para tanto, compreende-se que o conjunto de procedimentos de salvaguarda e comunicação, aplicados aos distintos contextos museológicos implica em ações com as seguintes potencialidades: identificação da musealidade: que é responsável pelas proposições de incentivo à observação e à percepção; aprimoramento da percepção seletiva: que reitera a potencialidade do exercício do olhar e da identificação do que é visto; tratamento dos bens selecionados: que representa a indução ao uso qualificado das referências culturais, potencializando as rotas constitutivas da herança patrimonial; valorização dos bens patrimoniais: a partir de estratégias de interpretação, extroversão e difusão dos bens selecionados. (BRUNO, 2014, p. 11).

As tarefas de coleta do material arqueológico, sua higienização, catalogação, pesquisa específica de cada peça, descrição, acondicionamento e comunicação são todas registradas pela instituição, seja através do que é produzido em campo e repassado ou pelo trabalho realizado pela própria instituição após o armazenamento da coleção em suas dependências. As informações acerca do que é feito com cada coleção, a princípio, são internas da instituição, mas na fase da difusão do acervo para a sociedade é necessário que seja disponibilizada a maior quantidade de informação possível.

#### **4.1 Tecnologia e Educação Patrimonial: apresentando possibilidades**

O debate sobre o uso da tecnologia na educação patrimonial é de grande importância para o campo da Museologia, uma vez que a notável incipiência da educação patrimonial na educação básica brasileira (BRAGA; MACHADO, 2010. *apud* SILVA; *et al.*, 2017, p. 6) tem prejudicado o processo de disseminação do conhecimento relativo ao patrimônio. Neste sentido, a utilização das novas tecnologias, como a internet, as redes sociais de relacionamento e os sites de busca, podem trazer grande avanço tanto na democratização e difusão de conhecimento, quanto no aperfeiçoamento dos paradigmas de ensino-aprendizagem aplicados atualmente nos locais de ensino formais e informais. Como afirma Moutinho (2007):

Os museus são cada vez mais instituições entendidas como entidades prestadoras de serviços, pela necessidade crescentemente de envolver os conhecimentos das áreas da gestão da inovação, do marketing, do design e das novas tecnologias da informação e da comunicação. Estas áreas do conhecimento trazem para os museus



fatores de melhoramento da qualidade da relação dos Museus com os seus públicos e/ou utilizadores. (MOUTINHO, 2007, p. 425).

Outrossim, ainda hoje, a rede pública de educação pouco se utiliza da tecnologia para desenvolver suas atividades, pois para que ocorram avanços nesse sentido é necessário contar com investimentos por parte dos governos tanto na infraestrutura das escolas quanto na capacitação de docentes. Além disso, faz-se necessário refletir sobre a integração das novas tecnologias aos blocos de conteúdo das diversas disciplinas presentes no currículo escolar, compreendendo que é necessária uma abordagem integradora de conteúdo, voltada para a resolução de problemas do interesse dos estudantes. (SOARES-LEITE; NASCIMENTO-RIBEIRO, 2012).

A educação patrimonial pode utilizar diversas ferramentas para aumentar sua eficiência e se tornar mais atrativa para o público. Considerando que vivemos em uma sociedade tecnológica, nada mais adequado que se valer dos meios digitais para tal função. Entretanto, ao pesquisar sobre a utilização da tecnologia na educação patrimonial, especificamente àquela voltada aos acervos arqueológicos, encontramos apenas um site<sup>36</sup> em que a educação patrimonial, direcionada para crianças, é utilizada para aprofundar o assunto da Arqueologia.

Pensar na inserção da educação patrimonial na sociedade, porém, não se limita à difusão apenas na rede de ensino formal. É necessário compreender que a disseminação do conhecimento acerca do patrimônio é de interesse de todos e por isso deve ser pensada de forma abrangente e inovadora, para abarcar o maior público possível. Por isso as novas tecnologias devem ser concebidas como estratégias pedagógicas viáveis no trabalho da educação patrimonial. Das experiências de utilização das TICs para a educação patrimonial, destacamos aqui o relato de Juliana Maria de Siqueira que verificou os resultados das ações do Museu da Imagem e do Som de Campinas (MIS):

A educação museal, vista como processo de apropriação, ao conjugar a aprendizagem do audiovisual com a criação reflexiva sobre a realidade mesma dos sujeitos envolvidos, configurou-se, pois, libertária, uma vez que resultou na identificação e projeção de

---

36 Site voltado para publicações acerca de arqueologia e pré-história, que contém um setor destinado a crianças. ARQUEOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA. Arqueologia para Crianças. **[Site Projeto]**. Disponível em: <<https://arqueologiaeprehistoria.com/arqueologia-para-criancas/>>. Acesso em: 29 nov 2018.

potencialidades existentes para a ação. Para que a transformação se torne efetiva, porém, é necessário o envolvimento e a mobilização de inúmeros agentes, quer da comunidade, quer do poder público ou do terceiro setor. Assim, a educação museal, no contexto da Sociomuseologia, não pode ser efetivada de maneira isolada pela instituição, mas na tessitura de redes. (SIQUEIRA, 2014, p. 59).

Neste sentido, a presente investigação busca elaborar meios de difusão e democratização dos conhecimentos provenientes do patrimônio arqueológico com vistas a contribuir no trabalho de educação patrimonial em diversos âmbitos de ensino. Consideramos importante direcionar o pensamento para a realidade brasileira, uma vez que ela muito se diferencia das experiências culturais e patrimoniais vivenciadas nas demais partes do globo, tanto com relação às estruturas de funcionamento da educação e dos museus quanto com relação ao acesso e utilização das TICs. Como sugerido por Sequeira (2018, p. 200), a Sociomuseologia, pensada a partir da realidade brasileira, ao se utilizar da ação intercultural, tem o poder de nos aproximar de outras realidades, pois:

Permite o estabelecimento de relações verdadeiramente dialógicas e respeitadas entre profissionais e comunidades, práxis caracterizadas como um trabalho de solidariedades mútuas que vão compondo a poiesis de novos mundos possíveis. [...] Trata-se, portanto, de um método adequado para a produção de um conhecimento geopoliticamente situado e que, outrossim, pode contribuir na fertilização da Museologia por meio do reconhecimento da pluriversidade de horizontes de sentido e ação para as práticas sociais de memória e patrimônio. (SIQUEIRA, 2018, p. 200).

Cabe ainda enfatizar a importância de unir a metodologia de registro arqueológica à metodologia museológica de pesquisa, conservação e comunicação, por compreender a complementaridade e as possibilidades emergentes dessa interação. Como destaca Mario Moutinho (2007, p. 427) “[...] a Sociomuseologia assume-se como uma nova área disciplinar que resulta da articulação entre a demais áreas do saber que contribuem para o processo museológico contemporâneo.”.

A construção desta pesquisa deu-se no sentido amplo da Sociomuseologia, o de pensar as práticas da museologia a favor do desenvolvimento da sociedade. Assim, na fase inicial desta construção cogitamos a criação de um local na web para reunir o maior número de informações a respeito de sítios e coleções arqueológicas, com o intuito de criar

uma rede colaborativa de organização e disponibilização de conhecimentos sobre o tema. No decorrer da investigação bibliográfica percebemos que grande parte da população de crianças e jovens acessa conteúdos, de conhecimentos em geral, fora do ambiente escolar através das redes sociais e do celular (SILVA; *et al.*, 2017, p. 8). Essa nova realidade nos despertou para a necessidade de investir em um meio mais eficaz de despertar o interesse do público jovem pelo patrimônio arqueológico.

Assim, surgiu a ideia da elaboração de um esboço de guia/roteiro de plataforma digital no qual fosse possível ter acesso ao patrimônio arqueológico, voltando-nos inicialmente a pensar no seu conteúdo técnico, para que futuramente possamos desenvolver, em conjunto com os demais profissionais interessados e com a comunidade, a plataforma digital completa. Pensando de forma ampla, a plataforma deve conter as informações referentes ao sítio arqueológico, a coleção de artefatos móveis provenientes do mesmo, bem como o resultado das ações museológicas aplicadas ao acervo. Com o objetivo de reunir em um ambiente digital de grande abrangência informações essenciais na realização de atividades de Educação Patrimonial, além de criar uma rede de interação e compartilhamento de conhecimentos favorecendo os campos da Museologia, Arqueologia e da Educação Patrimonial.

Com isso em mente, traçamos uma metodologia de pesquisa de público com a intencionalidade de compreender como seria a plataforma digital de patrimônio arqueológico ideal, desde o conteúdo até o layout. Inicialmente foi elaborado o questionário online, como relatado anteriormente, para saber a respeito do conhecimento e interesse do público em geral pela Arqueologia e sobre a possível utilização de uma plataforma digital no celular com esta temática, obtendo respostas favoráveis.

A partir da aceitação da utilização de uma plataforma digital para acessar o patrimônio arqueológico, pensamos nos possíveis dados a serem disponibilizados dentro desta plataforma. Tema que será abordado na próxima seção deste capítulo.

## **4.2 O Importante é o Conteúdo**

A interligação dos campos da Arqueologia e da Museologia vai além das questões teóricas, sua interdisciplinaridade pode ser constatada nas técnicas utilizadas para realização das tarefas basilares de documentação em campo, diferenciando-se apenas o enfoque da observação. Enquanto a Arqueologia registra detalhadamente as condições em que cada artefato é resgatado, sua localização exata e seu macro contexto geográfico, além de relacioná-los com as comunidades pretéritas das quais os artefatos torna-se referência, a Museologia registra estas e outras informações que revelem o contexto cultural a que a peça se relaciona, desde os indivíduos envolvidos na história daquele artefato, até as condições de conservação e informações relativas aos procedimentos aplicados posteriormente a sua musealização.

O que buscamos é a um só tempo algo novo, por serem incipientes as iniciativas, no campo da Arqueologia, que buscam agregar a Museologia, e também algo muito praticado, pois na Museologia os dados providos pela Arqueologia sempre tiveram de ser assimilados e utilizados no processo de musealização de cada peça. Ou seja, a Museologia carece de um contato mais íntimo e aprofundado com as fontes de pesquisa e trabalho da Arqueologia e vice-versa.

Por isso, elaboramos um esboço de uma base de dados para a plataforma digital com metadados<sup>37</sup> dos dois campos de trabalho: Museologia e Arqueologia, compreendendo que este esboço representa o passo inicial para um diagnóstico da situação atual das coleções arqueológicas dentro das instituições de guarda, uma vez que percebe-se a carência de informações mais completas e complexas a respeito dos artefatos. Os campos das informações a serem preenchidas foram pensados com base nas páginas do Infopatrimônio, do AMAA, além de publicações sobre documentação museológica<sup>38</sup>, buscando a integração das áreas do conhecimento abordadas.

Este passo inicial na abordagem integradora das informações acerca dos artefatos arqueológicos e seus respectivos sítios, representa uma pequena

---

37 Os metadados fazem referência a dados contidos em um software e que fornecem informação sobre outra informação, de uma forma geral; é o dado sobre o dado. É ele que descreve e representa os objetos nos sistemas informatizados de acervos. (PADILHA, 2014, p. 64).

38 Padilha, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v.2). p.52.

parcela das informações que almejamos inserir na plataforma pretendida. Ressaltamos, novamente, que é essencial a participação do público e de profissionais da Educação, da Arqueologia, especialistas em Design, dentre outros, para que essa ação tenha o processo de preservação e educação a partir do patrimônio como intenção principal e não apenas como um objetivo a ser alcançado, pois a Educação Patrimonial aponta para um processo sistemático e contínuo de relação entre os públicos e o seu patrimônio e ainda com o território que estão inseridos, entendendo que esse processo é uma construção de articulação e assimilação coletiva, caracterizado por relações dialógicas de valorização e respeito, que possibilitam a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização dos bens culturais (HORTA, ([199?])).

A sugestão de ficha catalográfica é a materialização desse passo inicial do qual é possível depreender algumas possibilidades dentro das habilidades da técnica museológica para inserção de dados na Plataforma Digital. Destacamos que esse esboço foi elaborado com a intenção de proporcionar a união dos metadados dos campos da Arqueologia e da Museologia, o que possibilita a integração e incremento das informações que tratam do patrimônio arqueológico, para facilitar a difusão entre os profissionais responsáveis por refletir sobre os processos técnicos de que são responsáveis, para que se possa buscar a democratização dos conhecimentos produzidos:

Quadro 1 Esboço de Ficha Catalográfica para inserção de dados na Plataforma Digital

|  |  |
|--|--|
|  | Nome da instituição endossante<br>Número do processo/ Resolução de<br>Publicação do diário oficial<br>Livro do tomo histórico<br>Arqueólogo(s) responsável                                 |
| Identificação e caracterização do objeto | Nº do registro/inventário<br>Nº tomo<br>Outros números<br>Nome do objeto<br>Resumo descritivo/ descrição intrínseca<br>Dimensões<br>Material/ técnica<br>Atribuição/coleção<br>Procedência |

|                         |   |
|-------------------------|---|
|                         | Tipo de Aquisição<br>Data de aquisição<br>Estado de Conservação<br>Observações  |
| Informações contextuais | Descrição Extrínseca da peça<br>Origem da peça<br>Descrição do Sítio<br>Localização geográfica do sítio<br>Edificações<br>Áreas protegidas (imagem)<br>Topografia<br>Data de produção/ datação<br>Objetos associados<br>Exposições<br>Publicações<br>Restauro<br>Pesquisas<br>Referências bibliográficas<br>Observações |

Fonte: Da autora.

Abaixo fazemos uma tentativa de preenchimento de dados de uma das peças do acervo, a partir das informações disponíveis no Dossiê de Candidatura do Valongo à Patrimônio da Humanidade (IPHAN, 2016). Para facilitar sua identificação, destacamos em negrito os metadados que pudemos preencher:

**Nome da instituição endossante:** Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Número do processo/ Resolução de tombamento

Publicação do diário oficial

Livro do tomo histórico

**Arqueólogo(a) responsável:** Tania Andrade Lima

Nº do registro/inventário

Nº tomo

Outros números

**Nome do objeto:** Contas Facetadas em Azul

**Resumo descritivo/ descrição intrínseca:** Miçangas na coloração azul, com incisão central própria...

Dimensões

**Material/ técnica:** vidro/ técnica europeia

**Atribuição/coleção:** adorno/ comércio/ proteção

**Procedência:** Cais do Valongo

**Tipo de Aquisição:** Coleta arqueológica

**Data de aquisição:** 2012

**Estado de Conservação:** Bom

Observações

**Descrição Extrínseca da peça:** Pertencente ao acervo coletado no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, está associado aos itens utilizados como adorno pelos Africanos escravizados, que desembarcaram no Brasil entre 1774 e 1843.

**Histórico:** Diáspora. África. Item de proteção. Comércio intercontinental.

Origem da peça

**Descrição do Sítio:** Cais, Zona Portuária. Conforme denominação dos atuais logradouros, o sítio corresponde à área da Praça Jornal do Comércio e está delimitado pela Avenida Barão de Tefé, Rua Sacadura Cabral e pelo limite lateral do Hospital dos Servidores do Estado, no número 178 da Rua Sacadura Cabral. É constituído por um calçamento de pedras talhadas de modo irregular e assentadas diretamente sobre o terreno arenoso e regularizado da Praia do Valongo.

**Localização geográfica do sítio:** LAT 22°53'49.03"S LON 43°11'14.62"

**Edificações:** Edifícios da Zona de Amortecimento

**Áreas protegidas (imagem):** Sítio arqueológico e Zona de Amortecimento

Topografia

**Data de produção/ datação:** 1811 – 1843

**Objetos associados:** outros itens de adorno

Exposições

Publicações

Restauro

**Pesquisas:** Relação com outros sítios arqueológicos

Referências bibliográficas

## Observações

A partir desta tentativa percebemos a necessidade de extrapolar a linguagem técnica utilizada pelos campos da Arqueologia e da Museologia, pois vemos que não dialoga proficuamente com o público e tende a dificultar o processo de difusão do conhecimento. Além disso, para que seja utilizado na Educação Patrimonial é essencial a transformação deste compilado de dados do bem cultural em um conteúdo lúdico e de fácil assimilação, para despertar a vontade de apropriação e o interesse pelo patrimônio.

Compreendemos que a partir desta compilação de informações, pode-se pensar em estratégias educativas nos mais diversos segmentos, para disponibilização na sugerida plataforma digital. Desde atividades lúdicas voltadas a crianças em suas diversas fases de desenvolvimento, pensando também na inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, como jogos de memória, quebra-cabeças, liga-pontos, caça palavras, oficinas de arqueologia, com atividades de escavação e montagem de artefatos arqueológicos, contos e narrativas sobre o sitio arqueológico mapeado, através de *podcasts*, animações, músicas, audiolivros, livros para tocar e folhear e todas as possibilidades que o meio digital oferece. Além de ações mais elaboradas em torno das questões complexas de debate, imbricadas no Sítio do Cais do Valongo, como são as questões de racismo e da construção historiográfica que invisibiliza as contribuições da população afro descendente para a cultura de nosso país.

Além do público escolar e da utilização da plataforma para esse fim específico, também compreendemos que esta plataforma tem potencial para agregar no processo de construção de conhecimento, em colaboração com o público através de chats de conversa e troca de informações e pela criação de uma rede de interessados dos mais variados segmentos da sociedade. Neste sentido, a disponibilização de *links* que possibilitem ao público conhecer outros sítios que se relacionem com a temática e que agreguem elementos ao debate proposto pelos bens culturais, com a intenção de criar um espaço de conversa e compartilhamento das experiências vivenciadas a partir do patrimônio e suas leituras.



Se pretende a disponibilização das informações gerais a respeito do Sítio, com um mapa interativo que disponha os dados de geolocalização do Sítio e da Instituição de guarda do acervo, para ser acessado pelo público em qualquer espaço através de um *QRcode* indicando aos usuários que estiverem nos Museus, onde fica o sítio referente a coleção em exposição e também os usuários que estiverem no Sítio, referenciando a instituição de guarda onde pode-se encontrar as coleções expostas com fotos e imagens de ambos os lugares, permitindo a criação de uma ligação direta entre os espaços de memória além de uma leitura mais ampla e aprofundada sobre o patrimônio.

São inúmeras as possibilidades que surgem a partir desta iniciativa, é necessário, portanto, o envolvimento de profissionais de outras áreas para enriquecer ainda mais essa construção. Vemos que ao priorizar o processo educativo a partir do patrimônio temos inúmeras oportunidades de sensibilização para o interesse pela Arqueologia e seus achados. Acreditamos que o entrelaçamento das informações obtidas com a colaboração de outros dados adicionados pelos conhecimentos das demais áreas do conhecimento e da ciência museológica pode trazer a colaboração almejada para a efetivação da Educação Patrimonial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na realidade da educação brasileira é desafiador, visto que muitos obstáculos se levantam, mas quem acredita em Educação Patrimonial sempre tem aquela disposição a mais para imaginar além dos obstáculos, o que nos torna sonhadores, mas também idealizadores e construtores de uma sociedade mais justa e democrática.

Este é um trabalho de pesquisa desenvolvido com o intuito de contribuir para a Educação Patrimonial tanto no âmbito da educação formal, dentro das escolas, quanto na educação informal, em museus e locais de memória. Percebendo os entrelaçamentos entre ambos os espaços, considera-se o museu como local de atuação social e desenvolvimento local, e a Sociomuseologia, como “área multidisciplinar de ensino, pesquisa e ação que interliga a Museologia às Ciências Humanas e a reconhece como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, baseado na igualdade de oportunidades e inclusão social e econômica”. (SIQUEIRA, 2015, p. 49).

Da mesma forma que na Sociomuseologia, a Arqueologia Pública busca definir sua alçada voltada para o desenvolvimento social através da cultura material, compreendendo que é através da educação dialógica (FREIRE, 2014) que podem se expandir os horizontes dessa mirada. O que nos leva a refletir sobre as alternativas de efetivação da educação patrimonial a partir dos acervos arqueológicos e com a colaboração dos estudos museológicos. O cenário do ensino básico brasileiro demanda considerar todas as nuances culturais e sociais existentes nos diversos contextos para adentrar na educação patrimonial. Através da tecnologia e utilizando os artefatos arqueológicos como geradores de sentidos e significados podemos acessar as potencialidades da cultura material enquanto um documento palpável da realidade histórica construída até agora.

Como destacado nessa pesquisa, os artefatos arqueológicos têm o poder de expressar a materialidade cultural dos grupos sociais que compõem o cenário da nação, o que possibilita diferentes leituras da historiografia brasileira. O Cais do Valongo oportuniza a renovação do conhecimento produzido acerca do tema da escravidão no Brasil e no Mundo. O estudo arqueológico da região portuária

do Rio de Janeiro traz à tona a possibilidade de reativação do caráter histórico da região, que está diretamente ligada às populações de África e suas culturas, bem como à realidade vivenciada por cada indivíduo escravizado.

Ao utilizar estes dados na educação patrimonial vamos muito além da história escrita e chegamos no cerne da questão da escravidão, pois cada artefato é um testemunho das condições reais da chegada dos africanos escravizados em solo brasileiro, de suas origens, suas histórias jamais escritas, suas culturas, seus costumes e identidades perdidas e/ou apagadas pelas mãos escravagistas europeias. De acordo com Parreiras Horta ([199?].) a tarefa específica da educação patrimonial é evidenciar a complexa rede de relações e significações que dão sentido aos elementos culturais que “informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidades, transformações e reutilizações”. (HORTA, [199?], p. 6). Entendemos que através da pesquisa, conservação e comunicação, de acordo com os processos museológicos, pode-se construir novas possibilidades de discurso para este período da história brasileira.

A Sociomuseologia, segundo Moutinho (2014), nos direciona para ressignificação do patrimônio com vistas ao desenvolvimento social, entendendo a memória, a cultura e os bens culturais como agentes ativos nesse desenvolvimento. Da forma semelhante, na Arqueologia Pública os sentidos e significados atribuídos às coleções e sítios arqueológicos são de alçada popular e governamental e dependem de ambas as instâncias para se desenvolverem e serem valorizadas.

Não obstante, o distanciamento existente entre os campos da Arqueologia e da Museologia torna-se uma controvérsia, posto que são áreas interdependentes e compõem o cenário cultural de forma equivalente. Essa atitude separatista existente no trabalho com o patrimônio não só prejudica a consolidação de um projeto de educação patrimonial, como dificulta o pleno acesso da sociedade à cultura material. A preservação do patrimônio é perpassada pelo sentido atribuído pela sociedade para sua existência, sem essa noção o bem cultural não se concretiza enquanto patrimônio cultural. Como afirmado pela autora Waldisa Russio o objeto, o homem e o ambiente são a verdadeira base do museu!

Prioriza-se, a partir desta ideia, as ações em favor do patrimônio e de sua razão de ser. Primordialmente, entende-se que a pesquisa, tarefa dos agentes institucionais, deve ser suficiente para a plena socialização dos bens culturais, e que esta atitude deve ser consciente e planejada, tendo em vista sua finalidade educativa, em benefício do público. Neste sentido, a disponibilização através das Tecnologias de Informação e Comunicação torna-se uma alternativa de construção e disseminação que merece ser considerada e analisada cuidadosamente, pois além de ser uma ferramenta eficaz de aproximação com a população, potencializa os debates acerca da memória social e das identidades culturais através da inserção de uma gama diversa de participantes.

Esta pesquisa trouxe esse debate de forma inicial, porém mesmo sendo apenas um esboço que vem no sentido de contribuir para a área da Museologia, pode ser pensado na área da educação e da Arqueologia enquanto objetivo a ser alcançado. Percebe-se que em ambas as áreas se faz necessária a modernização dos processos de organização e disponibilização do conhecimento, para que, assim, estejamos mais próximos da construção do que a Sociomuseologia entende por desenvolvimento social.

Nos cabe, enquanto agentes deste processo, viabilizar as ações de pesquisa, conservação e comunicação e buscar as alternativas que melhor atendam às necessidades do público em geral. Além de trabalhar no sentido de angariar os investimentos públicos necessários para a integração da educação com o patrimônio de forma que privilegie o interesse e o desenvolvimento dos grupos sociais.

Imaginando a possibilidade de dar seguimento ao processo de efetivação da plataforma digital poderia ser pensada uma pesquisa com poucos entrevistados da primeira fase (já efetivada neste estudo), para a busca de informações especificamente sobre o aplicativo e seu conteúdo, objetivando elencar as prioridades estabelecidas por cada usuário na seleção de conteúdo e, neste sentido, se poderia buscar conceitos-chaves para realizar a organização de um possível layout para o aplicativo.

Outra ação poderá ser o desenvolvimento de um mapa conceitual centrado no público alvo, ou seja, usuários de museus e instituições de memória, alunos da educação básica, que têm acesso à educação patrimonial e público interessado em Arqueologia.

Idealizamos, também, a colaboração de profissionais de vários campos do conhecimento, educadores e, no caso do Cais do Valongo, é essencial a participação da comunidade afrodescendente na construção dos significados e sentidos que serão atribuídos ao acervo e ao sítio arqueológico.

Tendo o exposto percebemos que uma das formas de inserção dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas arqueológicas na sociedade é a Educação Patrimonial, pois é através dela que se verificam as demandas emergentes na construção histórica dos contextos culturais das comunidades. Ao utilizar uma plataforma digital como ferramenta para tal função, verificamos a possibilidade de ampliação do alcance das redes de interesse e trocas de conhecimento sobre Arqueologia e abertura de brechas na construção historiográfica que, diante da realidade da historiografia sobre a Diáspora Africana, desvelada pelo Cais do Valongo, representa a possibilidade de renovação dos conhecimentos, bem como a reversão do processo de estratigrafia do abandono das fontes materiais.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2012

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989.

BRASIL. **Decreto nº 8.124**, 17 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2013/decreto-8124-17-outubro-2013-777268-norma-pe.html>>. Acesso em: 29 nov 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11904-14-janeiro-2009-585365-publicacaooriginal-108376-pl.html>>. Acesso em: 29 nov 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.906**, de 20 de janeiro de 2009a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11906-20-janeiro-2009-585482-norma-pl.html>>. Acesso em: 29 nov 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <[http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil\\_6938.pdf](http://www.oas.org/dsd/fida/laws/legislation/brazil/brazil_6938.pdf)>. Acesso em: 29 nov 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.924**, 26 julho de 1961. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_3924\\_de\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1961.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf)>. Acesso em: 29 nov 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. 2003. Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica\\_nacional\\_museus\\_2.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf)>. Acesso em: 23 nov 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**, [s.l.], v.17, n.17, p.1-288, 16 jun. 2009. Disponível em: <<http://recil.ulusofona.pt/handle/10437/4477?show=full>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. v.1. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, [s.l.], v.26/27, n.2/1, p. 4-15, 4 jul 2014.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24885/sab.v26i2/1.379>>. Acesso em: 04 set. 2018.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: Alguns aspectos desta interface. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.442-458, 16 out. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v6i2.1876>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um "cheque em branco"? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de arqueologia. **Revista de Arqueologia da SAB**, [s.l.], v. 26/27, n. 2/1, p.115-131, 4 jul. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24885/sab.v26i2/1.384>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. Potenciais cooperativos do podcast escolar por uma perspectiva freinetiana. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, out/ dez 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206312>>. Acesso em: 29 nov 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Informação e patrimônio imaterial. *In*: **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 23-30. Disponível em: <[http://polo2.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen\\_e%20book.pdf#page=36](http://polo2.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf#page=36)>. Acesso em: 29 nov 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INFOPATRIMÔNIO: preservação do patrimônio cultural brasileiro (beta). **[Realidade Virtual]**. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/>>. Acesso em: 06 fev 2018.

IPHAN. **Portaria nº 230**, 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_230\\_de\\_17\\_de\\_dezembro\\_de\\_2002.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf)>. Acesso em: 29 nov 2018.

IPHAN. **Valor cultural**: conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

IPHAN. **Sítio arqueológico cais do valongo**: proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial. Rio de Janeiro, jan 2016. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais\\_do\\_Valongo\\_versao\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf)>. Acesso em: 29 nov 2018.

LIMA, Tania Andrade. A arqueologia como ação sócio política: o caso do cais do valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan./ jul. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.31239/vtg.v7i1.10617> > Acesso em: 25 out. 2018.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.299-391, abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0111>>. Acesso em: 06 fev 2018.

LAGROU, Els. No Caminho da Miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios. **Enfoques - Revista dos Alunos do PPGSA-UFRJ**, v.12, n. 1, p. 18 - 49, jun 2013. Disponível em: <[http://issuu.com/revistaenfoquesufrj/docs/vol12\\_1](http://issuu.com/revistaenfoquesufrj/docs/vol12_1)>. Acesso em: 25 out 2017.

MAGALHÃES, Aloísio. **É Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 1985.

MAST. Documentação em Museus. Org. GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. **Mast Colloquia**: 10, Rio de Janeiro 2008.

MOUTINHO, Mario C. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do Ceom: Museologia Social**, Chapecó, v. 27, n. 41, p.423-427, dez. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2617>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. Florianópolis: FCC, 2014. [Coleção Estudos Museológicos, v.2].

PARREIRAS HORTA, Maria de Lourdes. **Educação Patrimonial**. Apostila. [199?].

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**: Revista da faculdade Portoalegrense de Educação Ciências e Letras. Porto Alegre, n. 1, ago 1999.



QUADROS, Renata Jardim. A construção da “Pequena África”: da busca pelo Valongo à candidatura a patrimônio da humanidade pela UNESCO. SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017. Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2017. p. 01-14. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502725665\\_ARQUIVO\\_JARDIM,R.AconstrucaodapequenaafricaDabuscaaoValongoacandidaturaapatri moniodahumanidadepelaUNESCO.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502725665_ARQUIVO_JARDIM,R.AconstrucaodapequenaafricaDabuscaaoValongoacandidaturaapatri moniodahumanidadepelaUNESCO.pdf)>. Acesso em: 29 nov 2018.

RIO DE JANEIRO. **Decreto 22.872**, 07 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/anexos/DEC2287207052003.pdf>>. Acesso em: 29 nov 2018.

RIO DE JANEIRO. Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP. **[Site Institucional]**. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

SALERNO, Virginia M. Pensar la arqueología desde el sur. **Complutum**, Madrid, v. 23, n. 2, p.191-203, 18 jan. 2013. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_cmpl.2012.v23.n2.40885](http://dx.doi.org/10.5209/rev_cmpl.2012.v23.n2.40885)>. Acesso em: 03 out. 2018.

SANTOS, Paula Assunção dos. Sociomuseology 2: Museology and community development in the XXI Century. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, ULHT, N° 29. 2008. Disponível em: <[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4488/Sociomuseologia\\_n\\_29.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4488/Sociomuseologia_n_29.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 nov 2018.

SILVA, *et al.* Reflexões Sobre a Utilização das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem da Educação Patrimonial no Brasil. **Revista Tecnologias na Educação**, São Luís, v. 22, n. 22, p. 1-12, out 2017. [Edição Especial para o II Simpósio Nacional de Tecnologias Digitais na Educação]. Disponível em: <<http://tecedu.pro.br/ano9-numerovol22-edicao-tematica-vi/>>. Acesso em: 29 nov 2018.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma nas coisas" e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 11, n. 23, p.37-50, jun. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832005000100003>>. Acesso em: 13 ago. 2018

SIQUEIRA, Juliana Maria de. O signo da participação: museu e educação na perspectiva da sociomuseologia. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p.47-62, 2 jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20396/rap.v8i1.8635665>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Proximidade e escuta do outro: desafios metodológicos para a produção partilhada de conhecimento em Sociomuseologia. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 194-200, 2018. Disponível em: <

<https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/830/870>>. Acesso em: 29 nov 2018.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Valongo, cais dos escravos**: memória da diáspora e modernização portuária na cidade do rio de janeiro, 1668 - 1911. 2013. 113 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu Nacional, UFRJ, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/academicos/DOCTORAM ENTO UFRJ ARQUEOLOGIA .pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SOARES-LEITE, Werlayne Stuart; NASCIMENTO-RIBEIRO, Carlos Augusto do. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **Revista Internacional de Investigación En Educación**, Bogotá, v. 5, n. 10, p.173-187, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2810/281024896010/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

TEIXEIRA, Amanda G. Sob os signos do poder: a cultura objetificada das joias de crioulas afro-brasileiras. **Em Tempo de Histórias**. Brasília, n. 22, jan/ jul 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/9462>>. Acesso em: 12 nov 2018.

TUCUM. **Os caminhos da miçanga**. Disponível em: <<http://site.tucumbrasil.com/os-caminhos-da-micanga/>>. Acesso em: 29 nov 2018. [Blog].

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p.239-271, jun. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100010>>. Acesso em: 06 fev 2018.

**APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa sobre o interesse por Arqueologia**

Pesquisa com fins acadêmicos para o curso de museologia da UFRGS para investigar o interesse da população pela Arqueologia e exposições arqueológicas em instituições culturais. Aplicado através do Google Forms.

\* Obrigatório

**1. Endereço de E-mail\*****2. Nome****3. Idade\***

*Marque apenas uma lacuna.*

Menos de 15 anos

15 a 21 anos

22 a 30 anos

31 a 40 anos

Mais de 41 anos

**4. Escolaridade \***

*Marque apenas uma lacuna.*

Ensino Fundamental

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

**5. Renda \***

*Marque apenas uma lacuna.*

Menor que 1 salário mínimo

1 a 3 salários mínimos

3 a 6 salários mínimos

Mais de 7 salários mínimos

**6. Você sabe o que é Arqueologia \***

*Marque apenas uma lacuna.*

Sim

Não

**7. Se respondeu sim, onde você aprendeu? (Se respondeu não, pule essa questão)**

*Marque tudo que se aplica.*

Escola

Universidade

Museu

Internet

Amigos ou conhecidos

Outro

**8. Se respondeu não, tem interesse de conhecer? (Se respondeu sim, pule essa questão)**

*Marque apenas uma lacuna.*

Sim

Não

**9. Você já visitou alguma exposição de Arqueologia? \***

*Marque apenas uma lacuna.*

Sim

Não

**10. Se respondeu sim, você iria novamente? (Se respondeu não, pule essa questão)**

*Marque apenas uma lacuna.*

Sim

Não

**11. Se respondeu não, você gostaria de visitar? (Se respondeu sim, pule essa questão)**

*Marque apenas uma lacuna.*

Sim

Não

**12. Você acha importante aprender sobre arqueologia na escola? \***

*Marque apenas uma lacuna.*

Sim

Não

**13. Você gostaria de ter acesso aos acervos arqueológicos por um aplicativo no celular? \***

*Marque apenas uma lacuna.*

Sim

Não